

Uma aproximação à análise do sistema do ensino secundário em Portugal

I. Composição da população escolar do ensino secundário oficial

1. APRESENTAÇÃO

Em fins de Março de 1975, uma equipa de trabalho do Gabinete de Investigações Sociais começou a dedicar-se a um projecto de investigação que tinha por objectivo um estudo sociológico da população escolar do ensino secundário em Portugal.

O progressivo aprofundamento do tema em termos teóricos, por um lado, e o confronto com as possibilidades reais de se lançar um inquérito a estudantes do ensino secundário no fim do ano lectivo de 1974-75, por outro, conduziram à realização de um estudo de natureza exploratória com um objecto limitado, cujos resultados se apresentarão posteriormente.

Este trabalho — dividido em duas partes — cuja publicação agora se inicia constitui como que uma introdução aos resultados do inquérito por questionário efectuado pelo Gabinete de Investigações Sociais, na última quinzena de Junho de 1975, a 498 alunos de oito estabelecimentos do ensino secundário oficial do distrito de Lisboa. Pretende fornecer um quadro de fundo onde se traçam algumas características do sistema de ensino secundário português no ano lectivo de 1974-75, particularmente da sua população discente. Este enquadramento parece necessário e indispensável para uma análise dos resultados do inquérito efectuado, mormente em virtude da dimensão e composição do grupo de estudantes que responderam ao inquérito.

O facto de constituir uma introdução limita, evidentemente, o seu objecto, subordinando-se ao estudo a que se referencia. Em segundo lugar, está ainda condicionado pelas fontes de informação a que foi possível recorrer. Assim, *pretende-se caracterizar a população escolar matriculada no ano lectivo de 1974-75 no ensino secundário oficial diurno, no continente, tendo em conta a distribuição regional dessa população ao nível dos distritos.*

Na sua parte mais significativa, o trabalho incide sobre as informações estatísticas oficiais a que tivemos acesso respeitantes aos alunos matriculados

no ensino diurno ministrado nos liceus e secções liceais, nas escolas técnicas e secções técnicas e nas escolas secundárias do continente, dependentes da Direcção-Geral do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Investigação Científica. A exclusão do ensino nocturno e de outros ramos de ensino e cursos oficialmente considerados no âmbito do ensino secundário decorre justamente da definição do objecto de estudo. Não se considera o ensino particular porque ele não foi abrangido, por razões de ordem prática, no inquérito realizado em Junho de 1975. A exclusão dos distritos das ilhas dos Açores e da Madeira baseia-se igualmente num critério de ordem prática, por não ser possível considerar a hipótese de se realizarem a curto prazo trabalhos de campo naquelas regiões, dados os encargos financeiros que implicam em comunicações, deslocações e estadias.

As fontes utilizadas neste trabalho foram, fundamentalmente, vários documentos fornecidos pela Direcção-Geral do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Investigação Científica, que continham informações sobre as frequências dos alunos matriculados no ano lectivo de 1974-75 nos estabelecimentos de ensino secundário oficial, e as *Estatísticas da Educação*, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, utilizando-se o último volume que estava publicado em Abril de 1976, referente ao ano lectivo de 1973-74.

As principais variáveis retidas e analisadas neste trabalho são o sexo, o ramo de ensino (liceal ou técnico) e o grau de ensino (curso geral ou curso complementar); em menor escala, o curso do ensino técnico (os vários cursos de índole técnico-profissional em que se subdivide o ensino técnico). Todas estas características são analisadas e comparadas na distribuição da população escolar estudada pelos distritos do continente e, em alguns casos, pelos concelhos. Estas variáveis foram seleccionadas por serem significativas na perspectiva em que se fez o inquérito referido e por haver informação estatística disponível sobre elas. Da informação estatística disponível desprezou-se o ano do curso, assim como o tipo de estabelecimento de ensino.

Não é intenção deste estudo colocar a situação observada do ano lectivo de 1974-75 no contexto da evolução temporal do sistema do ensino secundário português. Optou-se por tentar caracterizar o sistema num dado momento, não porque se menospreze o valor de uma análise diacrónica no domínio da sociologia dos sistemas de ensino, mas unicamente porque se privilegia, como elemento de definição de um objecto de análise, o estudo de uma situação fixa no tempo, por se pensar que o momento fixado tem características especiais que lhe conferem a potencialidade de servir de momento de charneira. Pensa-se que o ano lectivo de 1974-75 é um momento desses, ou está integrado num período desse tipo, não só por razões internas ao sistema de ensino, como, especialmente, pelas inter-relações deste sistema com o sistema social em que se integra.

Dar alguns passos, pelo menos, no sentido de um melhor conhecimento do que é o sistema de ensino secundário em Portugal no ano lectivo de 1974-75 parece-nos um empreendimento com interesse para um melhor conhecimento da realidade social deste país e da sua evolução. Basta pensar que, no conjunto do ensino em Portugal, o ensino secundário representa, neste momento, a parte mais importante em termos de números de alunos e professores e de recursos financeiros despendidos pelo Estado, depois do ensino primário; e que o ensino secundário assume um papel especialmente relevante na problemática do desenvolvimento dos recursos humanos em vista à transformação da vida económica e social do país. Tenha-se em

conta que o ano lectivo de 1974-75 foi o primeiro depois de 25 de Abril de 1974 e que durante ele se verificaram grandes alterações ao nível das relações sociais vigentes no interior das escolas do ensino secundário, assim como na estruturação do ensino aí ministrado e nas relações dessas escolas com as comunidades onde se inseriam, tudo isto num contexto de uma forte dinâmica social, com reflexos inevitáveis na estratégia das várias classes e estratos sociais perante a escola e a acção educativa. Por tudo isto, a opção feita de fixar, desde já, a situação deste sistema de ensino nesse momento.

Uma das características deste texto, para o qual desde já se chama a atenção, é o seu precário enquadramento teórico. Isto é, ele está enformado por um conjunto de conceitos e de relações entre conceitos notoriamente incipientes, limitados, constituindo uma estrutura teórica débil.

O que se passa é que os autores se sentem no início de um caminho numa «zona» praticamente desconhecida da realidade social portuguesa e num momento em que abordam o começo de uma construção do conhecimento munidos de alguns instrumentos de construção, evidentemente, mas igualmente numa atitude de procurar estar atentos aos fenómenos resultantes do confronto do aparelho conceptual com a realidade. Especificamente no que se refere a este trabalho, acresce uma dificuldade adicional, que é a de se trabalhar com material estatístico, o qual já apresenta uma certa leitura, resultante de determinada construção da realidade social que nos interessa analisar. As consequências desta situação são patentes na própria coesão ou consistência teórica do texto, no alcance limitado e provisório das conclusões, na dificuldade de estabelecer as relações do sistema observado com o sistema social global. Os autores assumem esta situação e esperam que outros e eles próprios possam ir avançando na construção de um conhecimento sociológico mais seguro e completo sobre o sistema do ensino secundário português.

2. A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO SECUNDARIO OFICIAL

2.1 *Introdução: a distribuição por grandes conjuntos*

Começaremos o nosso itinerário por um primeiro contacto com a informação estatística disponível, procurando reportar-nos aos grandes números que dão uma imagem do volume da população estudada e da sua composição, em grandes conjuntos.

Temos, assim, que o ensino secundário oficial do continente e Ilhas contava, no ano lectivo de 1974-75, com 313 507 alunos inscritos, 19 052 professores e 246 estabelecimentos de ensino¹. Que significam estes números? Na opacidade do seu valor bruto, pouco nos dizem que nos permita aproximar da realidade concreta que parecem tão directamente exprimir.

Que são estes 313 507 inscritos, que diferenças se escondem no seu englobamento?

¹ Os 246 estabelecimentos distribuem-se da seguinte forma: 85 liceus e secções liceais, 94 escolas técnicas e secções técnicas e 67 escolas secundárias, existindo estas últimas exclusivamente no continente. Se contarmos duas vezes cada escola secundária onde é ministrado o ensino liceal e o ensino técnico, ou seja, como se essa escola fosse um estabelecimento de ensino liceal e um estabelecimento de ensino técnico atingiremos o número de 307 estabelecimentos de ensino.

A figura da p. 1005 dá-nos a imagem de um primeiro passo na direcção do mais concreto e relevante, através de um conjunto de dicotomias elementares:

- Dos 313 507 inscritos, 169 278 são homens e 144 229 mulheres;
- Dos 313 507 inscritos, 161 216 estão no ensino liceal e 152 291 no ensino técnico;
- Dos 313 507 inscritos, 249 587 frequentam o ensino diurno (liceal e técnico) e 63 920 frequentam o nocturno (só ensino técnico)²;
- Dos 313 507 inscritos, 301 371 estão nas escolas do continente e 12 136 em escolas das Ilhas Adjacentes.

A figura mostra o início de uma progressão que, de cruzamento em cruzamento, nos leva a subconjuntos cada vez mais determinados, recruzáveis e reconvertíveis, exprimindo diferentes conteúdos em função dos diferentes conjuntos em que sejam integrados.

Assim, e por exemplo, o subconjunto dos homens (H) do ensino liceal (L) do continente (C) — HLC — será uma parte dos homens do continente — HC —, significando aqui a proporção de homens inscritos no ensino liceal relativamente ao total de homens inscritos no ensino secundário (em confronto com os homens do ensino técnico do continente: HTC), enquanto no conjunto LC (alunos do ensino liceal do continente) traduzirá a composição por sexos em confronto com MLC (mulheres do ensino liceal do continente) do conjunto do ensino liceal do continente.

Como é evidente, a progressão para subconjuntos mais especificados não se faz de forma exaustiva e meramente mecânica, mas sim de forma orientada segundo os objectivos que se têm em vista. A construção e comparação de subconjuntos deste tipo será um dos processos de trabalho mais usados neste estudo.

Mas fiquemo-nos, por ora, nos grandes conjuntos.

O quadro n.º 1 contém as informações trabalhadas de tal modo que, a níveis globais, apresenta já as linhas básicas do cruzamento de variáveis que posteriormente viremos a aplicar a outros níveis, determinados aquelas e estes não só por decisão de análise, como pelos limites da organização com que os dados que tratamos se nos apresentam.

Impõem-se aqui alguns breves comentários relativos às variáveis que intervêm na composição deste quadro.

Em primeiro lugar, a separação entre dois grandes blocos, continente e Ilhas Adjacentes, é o resultado da aplicação de uma categoria administrativa que pode constituir uma base de comparações significativas de diferentes situações escolares, relacionadas com diferentes situações históricas socioeconómicas de cada um desses conjuntos. Acontece, porém, que, na análise a que se procede neste trabalho, consideraremos exclusivamente o conjunto continente. Em breves linhas, já foram expostas as razões disso na «Introdução».

Em segundo lugar, a distinção entre ensino nocturno e ensino diurno foi-nos possibilitada pela organização dos dados coligidos e fornecidos pela Direcção-Geral do Ensino Secundário, ao contrário do que sucede com a organização das estatísticas educacionais apresentadas pelo I. N. E. Ora

² Não dispusemos de informação estatística sobre o ensino liceal oficial nocturno.

Phylogenetic tree of the CTD domain in the C, D, and H regions of the *C. elegans* genome. The tree shows four main branches: C (301,371), D (249,587), H (169,284), and G (313,507). The C branch further divides into CT (CTD, CTN) and CL (CLH, CLM). The D branch divides into CD (CL, CTD) and ID (IL, ITD). The H branch divides into CH (CTDH, CTNH) and IH. The G branch divides into M (144,223), N (63,920), T (152,291), and I (12,136). The M branch divides into CM and IM. The N branch divides into CTN and ITN. The T branch divides into TD (CTD, ITD) and TN (CTN, ITN). The I branch divides into IL and IT (ITD, ITN).

G = total global
C = continente
I = Ilhas
L = liceu
T = técnico
D = diurno
N = nocturno
H = homens
M = mulheres

já aqui a decisão de reter para a análise apenas o subconjunto «ensino diurno» foi determinada por razões teóricas. Tratando-se de estabelecer um panorama, minimamente organizado (ainda que limitado pelo número e pelo tipo de características retidas nas fontes estatísticas disponíveis), da situação escolar ao nível do ensino secundário, que pudesse servir de referência à informação correspondente recolhida através do estudo exploratório realizado na região de Lisboa acima mencionado, foram as linhas gerais de orientação desse estudo que impuseram esta delimitação.

Composição da população escolar do ensino secundário oficial, segundo o regime de ensino, por ramos de ensino, conforme os sexos, nas zonas geográficas, em números absolutos, em 1974-75

[QUADRO N.º 1]

Zonas geográficas e sexos		Regime e ramos de ensino						
		Total			Ensino diurno			Ensino nocturno
		Total	Liceu	Técnico	Total	Liceu	Técnico	Técnico
Total	HM	313 507	161 216	152 291	249 587	161 216	88 371	63 920
	H	169 284	73 566	95 718	122 898	73 566	49 332	46 386
	M	144 223	87 650	56 573	126 689	87 650	39 039	17 534
Continente	HM	301 371	154 800	146 571	240 016	154 800	85 216	61 355
	H	163 291	71 014	92 277	118 507	71 014	47 493	44 784
	M	138 080	83 786	54 294	121 509	83 786	37 723	16 571
Ilhas	HM	12 136	6 416	5 720	9 571	6 416	3 155	2 565
	H	5 993	2 552	3 441	4 391	2 552	1 834	1 602
	M	6 143	3 864	2 279	5 180	3 864	1 316	963

Fonte — Direcção-Geral do Ensino Secundário.

O objectivo fundamental desse trabalho é a análise das funções sociais do sistema de ensino, ao nível do secundário, considerando-o como instância de qualificação e socialização diferenciadas consoante os ramos frequentados, partindo do princípio de que, no seu conjunto, o funcionamento do sistema e o seu *out-put*³ são condicionados, enquanto elementos integrantes do sistema social global, e também produzem sobre ele efeitos sociais relevantes, designadamente a reprodução adaptativa das relações sociais existentes. Daí, de resto, o interesse em conhecer a composição social das populações respectivas dos dois ramos de ensino, bem como em tentar determinar as formas que assumem as diferenciações sociais em termos de características propriamente escolares (idade de entrada no sistema escolar, tipos de ensino frequentados, etc.), assim como de perspectivas da actividade futura.

³ O *out-put* do sistema não se limita ao número e tipo de «diplomados» que se encontram no termo do percurso escolar do ensino secundário na sua globalidade. Têm de ser também considerados como *out-put* quer o término dos estudos no fim dos primeiros ciclos, quer os abandonos puros e simples, parte dos quais irão posteriormente constituir efectivos do ensino nocturno. Por esta razão, uma variável disponível através dos dados trabalhados virá a aparecer no decurso desta análise estatística: a composição das populações escolares segundo o curso — geral ou complementar — frequentado.

Sendo assim, bem se entende que a população inscrita no ensino secundário que interessa reter seja a que frequenta o ensino diurno, isto é, aquela que, no que respeita à sua integração no sistema escolar, se define por condições formalmente semelhantes: idade escolar adequada ao processo normal de escolarização, actividade escolar «exclusiva», momento predominante ⁴ de socialização formal através da escola, etc.

Quanto às outras duas variáveis retidas — sexo e ramo de ensino —, não carecem agora de comentários especiais. Elas serão largamente usadas ao longo deste texto.

Assim, fica claramente delimitada a população que iremos estudar, bem como as variáveis fundamentais de análise (excepto uma, a implantação regional, de que falaremos a seguir): alunos inscritos (rapazes e raparigas) nos cursos geral e complementar dos ensinos técnico e liceal, do ensino secundário oficial diurno do continente ⁵.

Para finalizar, e a título meramente indicativo, salientaremos as distribuições simples, sob a forma de percentagens, que o quadro n.º 1 contém.

Composição da população escolar do ensino secundário oficial por zonas geográficas (continente e Ilhas), em percentagem, em 1974-75

[QUADRO N.º 2]

Sexo	Ensino diurno						Ensino nocturno		Total					
	Liceal		Técnico		Total		Técnico		Liceal		Técnico		Total	
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I
H	96,5	3,5	96,3	3,7	96,4	3,6	96,6	3,4	96,5	3,5	96,4	3,6	96,5	3,5
M	95,6	4,4	96,6	3,4	95,9	4,1	94,5	5,5	95,6	4,4	96,0	4,0	95,7	4,3
HM	96,0	4,0	96,4	3,6	96,2	3,8	96,0	4,0	96,0	4,0	96,2	3,8	96,1	3,9

Fonte — Quadro n.º 1.

Assim, no quadro n.º 2 apresenta-se, em percentagens, a composição da população segundo as duas grandes zonas geográficas: continente e Ilhas Aljacentes. Na continuação deste trabalho reter-nos-emos, como se disse, no território do continente e aqui apenas deixamos esta breve nota de comparação entre os valores observados em cada uma delas. Ressaltaremos somente a grande diferença entre os valores das percentagens correspondentes ao continente e às Ilhas (96,1 % e 3,9 %, respectivamente, no total), chamando a atenção para o facto de a percentagem de mulheres no ensino nocturno técnico ser o mais elevado das Ilhas (5,5 %), seguido da percentagem de mulheres no ensino diurno liceal (4,4 %).

No quadro n.º 3 é possível verificar como se distribui, em percentagem, a população escolar do ensino técnico conforme frequenta o ensino diurno ou o ensino nocturno. Recordamos que esta distinção se verifica só para os alunos do ensino técnico, visto que não encontrámos nas estatísticas

⁴ Predominante, mas, supõe-se, socialmente variável.

⁵ De passagem far-se-á referência à distribuição dos cursos (de Administração e Comércio, de Química, de Formação Feminina, etc.) no interior do ensino técnico.

que recolhemos esses elementos sobre o ensino liceal. Também esta distinção entre ensino diurno e nocturno deixará, daqui em diante, de ser considerada neste estudo, pelas razões já apontadas, pelo que, com este quadro, nos limitamos a verificar as desigualdades produzidas ao nível dos sexos (a percentagem de homens no ensino nocturno é superior à das mulheres) e das zonas geográficas (tal desigualdade é mais acentuada no continente do que nas Ilhas Adjacentes).

Composição da população escolar do ensino secundário oficial por regime de ensino (diurno e nocturno), em percentagem, em 1974-75

[QUADRO N.º 3]

Zona geográfica	Ensino técnico						Total					
	H		M		HM		H		M		HM	
	D	N	D	N	D	N	D	N	D	N	D	N
C	51,5	48,5	69,5	30,5	58,1	41,9	72,6	27,4	88,0	12,0	79,6	20,4
I	53,4	46,6	57,8	42,2	55,2	44,8	73,3	26,7	84,3	15,7	78,9	21,1
Total ...	51,5	48,5	69,0	31,0	58,0	42,0	72,6	27,4	87,8	12,2	79,6	20,4

Fonte — Quadro n.º 1.

Nota — Não se especifica o ensino liceal por se considerar desnecessária a sua inclusão no quadro, sabendo-se que os elementos estatísticos de que se dispôs se referem exclusivamente ao ensino diurno deste ramo de ensino. Todavia, ele está incluído nas colunas do total.

Composição da população escolar do ensino secundário oficial por ramos de ensino (liceal e técnico), em percentagem, em 1974-75

[QUADRO N.º 4]

Zona geográfica	Ensino diurno						Total					
	H		M		HM		H		M		HM	
	L	T	L	T	L	T	L	T	L	T	L	T
C	58,1	41,9	69,0	31,0	64,5	35,5	43,5	56,5	60,7	39,3	51,4	48,6
I	59,9	40,1	74,6	25,4	67,1	33,9	42,6	57,4	62,9	37,1	52,9	47,1
Total ...	59,9	40,1	69,2	30,8	64,6	35,4	43,5	56,5	60,8	39,2	51,4	49,6

Fonte — Quadro n.º 1.

Nota — Não se especifica o ensino nocturno por se considerar desnecessária a sua inclusão no quadro, sabendo-se que os elementos estatísticos de que se dispôs sobre este regime de ensino se referem exclusivamente ao ensino técnico. Todavia, ele está incluído nas colunas do total.

A distribuição da população escolar pelos dois ramos de ensino mede-se, em percentagens, conforme os valores registados no quadro n.º 4. Verificando-se, ao nível global, uma distribuição quase uniforme por ambos os ramos de ensino, com uma ligeira supremacia do ensino liceal (51,4 %

contra 49,6 % do ensino técnico), esse equilíbrio rompe-se ao nível dos sexos, assim como quando se considera apenas o ensino diurno. Também entre as zonas geográficas consideradas há ligeiras diferenças de valores ao nível global, as quais aparecem reforçadas no ensino diurno.

Finalmente, o quadro n.º 5 apresenta a distribuição por sexos da população que temos vindo a considerar. A desigualdade da composição por sexos está patente na comparação entre ensino diurno e ensino nocturno, assim como, dentro do ensino diurno, entre os ramos de ensino. De igual modo se observa uma sensível diferença de valores conforme se trata do continente ou das Ilhas Adjacentes.

Composição da população escolar do ensino secundário oficial por sexos, em percentagem, em 1974-75

[QUADRO N.º 5]

Zona geográfica	Ensino diurno						Ensino nocturno		Total					
	Liceal		Técnico		Total		Técnico		Liceal		Técnico		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
C	45,9	54,1	55,7	44,3	49,4	51,6	73,0	27,0	45,9	54,1	63,0	37,0	54,2	45,8
I	39,8	60,2	58,3	41,7	45,9	54,1	62,5	37,5	39,8	60,2	60,2	39,8	49,4	50,6
Total ...	45,6	54,4	55,8	44,2	49,2	50,8	72,6	27,4	45,6	54,4	62,9	37,1	54,0	46,0

Fonte — Quadro n.º 1.

Vamos ficar por aqui neste primeiro passo do nosso itinerário, avançando, a partir de agora, com o objecto do nosso trabalho mais limitado (abandonaremos definitivamente o ensino nocturno e o sistema do ensino secundário das Ilhas Adjacentes) e com uma primeira verificação pertinente para a continuação do estudo: há desigualdades na distribuição da população escolar do ensino secundário oficial diurno do continente pelos dois ramos de ensino (liceal e técnico) e dos rapazes e raparigas no interior de cada ramo.

2.2 A distribuição regional da população escolar estudada

Tentaremos avançar na análise das características da população escolar do ensino oficial diurno do continente, no ano lectivo de 1974-75, vendo como se faz a distribuição dessa população pelos dezoito distritos do continente, ao nível não só do conjunto dos alunos, mas também de cada ramo de ensino e de cada sexo.

Trata-se, evidentemente, de um trabalho de natureza descritiva, aproveitando o material estatístico recolhido, com limitadas possibilidades de fundamentar explicações ou interpretações seguras sobre o sistema escolar. De facto, de posse de um volume considerável de informação estatística recortada pela aplicação das variáveis referidas, dispondo da mesma possibilidade de recorte até ao nível dos concelhos, faltando-nos, porém, todo um conjunto de informações indispensáveis a uma análise sociológica do

sistema de ensino⁶, vemo-nos perante uma situação de trabalho embaraçosa, na qual a totalidade das variáveis se nos apresentam com o carácter, praticamente exclusivo, de variáveis dependentes.

Na verdade, taxas de feminização, percentagens de alunos inscritos no ensino técnico ou no ensino liceal, de inscritos nos cursos gerais ou nos cursos complementares, etc., são tudo elementos de descrição, para os quais se abre um vasto campo de princípios de explicação a estabelecer.

Relembrando o que na «Introdução» se diz sobre o carácter «precário do enquadramento teórico» desta análise, convém referir, no entanto, que semelhante situação é determinada menos pela dificuldade em construir uma rede de relações teóricas religando um certo número de conceitos indispensáveis à análise sociológica do que pela efectiva impossibilidade de dispor da sua tradução, empírica, operacional, em variáveis e indicadores.

É certo que, a partir do conjunto conceptual relativo à análise sociológica do sistema de ensino, nos é lícito atribuir significado sociológico a certas taxas de feminização, a certas percentagens de cursos gerais em confronto com as de cursos complementares, etc. Mas a verdade é que a falta de elementos indispensáveis de relação nos impede de estabelecer com à-vontade o seu significado mais preciso.

Isto quer dizer, pois, e é necessário afirmá-lo claramente, que a presente análise não exprime um processo de construção de um objecto teórico, mas fundamentalmente ordena, relaciona informações, esboçando uma forma limitada de caracterização de uma situação escolar.

Nestas condições, decidimos progredir numa via comparativa, de identificação de certas desigualdades: desigualdades entre sexos e desigualdades entre ramos de ensino, não apenas ao nível dos totais globais do continente, mas, sobretudo, confrontando as disparidades existentes entre as regiões administrativas que os distritos constituem⁷. Não faremos intervir, para já, a distinção entre alunos inscritos nos cursos gerais e nos cursos complementares.

Começaremos, num primeiro tempo, pela apreciação das distribuições regionais dos totais dos vários subconjuntos, ao nível do continente.

Se há algum interesse em analisar distribuições de uma população, ele reside, de início, em identificar a sua concentração e dispersão.

Os dados (em percentagem) que o quadro n.º 6 apresenta — distribuições da população de inscritos pelos distritos do continente, segundo os vários conjuntos constituídos — permitem-nos avançar uma primeira série de considerações.

⁶ Isto é, informações de carácter sociológico, ou susceptíveis de utilização sociológica, referentes não só à própria população de inscritos, como origem social, nível de instrução dos pais, condições de habitação, dimensão das famílias, etc., mas também ao conjunto local (distrito ou concelho), no que respeita à composição da população activa, composição do produto, níveis e tipos de consumo, níveis de instrução da população, composição social, na população global, dos grupos etários correspondentes às idades «normais» de frequência escolar do ensino secundário, etc.

⁷ Submetemo-nos, pois, à categoria administrativa existente, não porque nos fosse impossível «construir regiões» de acordo com outros critérios, mas porque, perante as carências já referidas, nos pareceu totalmente despropositado proceder a esse esforço de construção.

Distribuição da população escolar do ensino secundário oficial diurno em 1974-75, por ramos e sexos, e da estimativa da população residente dos 12 aos 19 anos, em 31 de Dezembro de 1974, por distritos, em percentagem

[QUADRO N.º 6]

Distritos	População escolar por sexos e ramos de ensino									Estimativa da população residente dos 12 aos 19 anos		
	HM			H			M			HM	H	M
	G	L	T	G	L	T	G	L	T			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
Aveiro	6,1	5,1	7,8	6,3	5,0	8,3	5,8	5,3	7,1	7,4	7,3	7,4
Beja	1,4	1,2	1,8	1,3	1,1	1,6	1,5	1,2	2,0	2,3	2,3	2,3
Braga	5,2	4,8	6,0	5,2	4,9	5,7	5,2	4,7	6,3	9,1	9,2	9,1
Bragança	2,5	2,9	1,8	2,3	2,7	1,7	2,7	2,9	1,9	2,6	2,7	2,6
Castelo Branco	2,6	2,3	3,4	2,6	2,1	3,4	2,7	2,4	3,3	3,3	3,3	3,2
Coimbra	5,4	5,2	5,7	6,0	5,6	6,6	4,8	4,9	4,6	4,7	4,6	4,8
Évora	2,0	1,8	2,5	2,0	1,6	2,5	2,1	1,9	2,5	1,9	1,9	2,0
Faro	3,9	3,1	5,1	3,8	3,1	5,0	3,9	3,2	5,3	2,8	2,9	2,8
Guarda	1,9	2,2	1,3	1,7	2,0	1,3	2,1	2,4	1,4	2,7	2,6	2,8
Leiria	3,5	2,8	4,7	3,7	3,0	4,6	3,2	2,6	4,6	4,9	4,9	4,8
Lisboa	27,4	31,9	19,2	26,7	32,4	18,3	28,1	31,6	20,5	15,9	15,9	15,9
Portalegre	1,3	1,1	1,7	1,4	1,1	1,7	1,3	1,2	1,7	1,5	1,5	1,6
Porto	17,0	17,7	15,8	17,1	18,1	15,7	16,9	17,4	15,9	18,3	18,4	18,2
Santarém	4,7	3,6	6,6	5,1	3,6	7,3	4,3	3,6	5,8	4,9	4,8	4,9
Setúbal	7,9	7,2	9,2	7,5	6,7	8,8	8,2	7,5	9,8	5,1	5,2	5,0
Viana do Castelo	1,9	1,7	2,1	1,9	1,7	2,1	1,8	1,7	2,2	3,3	3,1	3,4
Vila Real	2,4	2,1	2,9	2,3	1,8	2,8	2,5	2,3	2,9	3,9	3,9	3,8
Viseu	2,9	3,3	2,4	3,1	3,5	2,6	2,9	3,2	2,2	5,4	5,5	5,4
Total do continente	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Verifica-se que apenas três dos distritos — Lisboa, Porto e Setúbal —, que, na ordem decrescente de percentagem de alunos do ensino secundário neles inscritos em relação ao total do continente, ocupam invariavelmente os três primeiros lugares, concentram, no seu conjunto, entre 42,8 % (no caso da distribuição HT) e 57,2 % (no caso da distribuição HL) do total das populações dos conjuntos a que se referem. O valor desta concentração para o total da população escolar dado na coluna 1 (HM-total) é, de resto, da ordem dos 52,3 %. Portanto, os outros 15 distritos do continente partilham entre si, desigualmente, os restantes 47,7 % da população HM-total, variando essa percentagem nas outras colunas entre 57,2 % e 42,8 %. *Grosso modo*, diremos que estes três distritos concentram cerca de metade da população escolar do ensino secundário oficial diurno do continente.

Aveiro, Coimbra, Braga e Santarém disputam entre si os 4.^{os}, 5.^{os}, 6.^{os} e 7.^{os} lugares, somando os seus valores de percentagem do total da população escolar 21,4 % do total do continente.

Assim, apenas sete dos dezoito distritos existentes concentram cerca de três quartos (73,7 %) do total da população escolar do ensino secundário.

Curioso é verificar que, se a estes sete distritos, equivalendo a 73,7 % da população, juntarmos os dois distritos que se lhes seguem na ordem decrescente dos valores de percentagem do total da população escolar (Leiria e Faro), acabamos por somar 81,1 % dos inscritos, ocupando praticamente toda a faixa litoral do Ocidente e Sul do território do continente, em oposição à vasta zona interior, em que os restantes 18,9 % se repartem em percentagens que variam entre 2,9 % e 1,3 % pelos nove distritos que faltam, o que nos permite dizer que metade dos distritos do continente concentram sensivelmente quatro quintos dos alunos inscritos no ensino secundário oficial do continente, enquanto os restantes 20 % dos alunos se distribuem pelos outros nove distritos.

Não retiremos, porém, apressadamente daqui a conclusão simplista de que esta oposição é mais um facto a corroborar as discrepâncias de uma zona litoral desenvolvida e uma zona interior homogeneamente atrasada. Como se sabe, uma fraca participação da população escolar local no total global não é, só por si, significativa de uma boa ou má situação do ensino. A existência de escolarizados depende, em primeiro lugar, da dimensão global dos escolarizáveis. Ao tratar, mais adiante, das taxas de escolarização, teremos oportunidade de ver, de forma mais precisa, os diferentes significados que, em termos de situação escolar, podem representar as mais baixas participações nos totais. Aliás, o quadro n.º 6 apresenta informações sobre a distribuição da população residente estimada dos 12 aos 19 anos de idade em 31 de Dezembro de 1974.

Pareceu-nos, contudo, que, apesar destas restrições, a oposição entre as duas zonas, a ser tratada com cautela, poderá ter, como linha tendencial e no conjunto, bases razoáveis de sustentação. Refira-se, apenas de passagem, que em mais de metade dos distritos do interior se encontram, efectivamente, das mais baixas taxas de escolaridade do continente, como se verá adiante.

O quadro n.º 7 apresenta as informações que utilizámos para identificar as desigualdades apresentadas na distribuição da população escolar pelos distritos do continente.

Distribuição da população escolar do ensino secundário oficial diurno em 1974-75 e da estimativa da população residente dos 12 aos 19 anos, em 31 de Dezembro de 1974, do continente, por subconjuntos de distritos, em percentagem

[QUADRO N.º 7]

Distritos	População escolar por sexos e ramos de ensino									Estimativa da população residente dos 12 aos 19 anos		
	HM			H			M					
	G	L	T	G	L	T	G	L	T	HM	H	M
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Subconjunto A	52,3	56,8	44,2	51,3	57,2	42,8	53,2	56,5	46,2	39,3	39,5	39,1
Subconjunto B	21,4	18,7	26,1	22,6	19,1	27,9	20,1	18,5	23,8	26,1	25,9	26,2
Subtotal A + B	73,7	75,5	70,3	73,9	76,3	70,7	73,3	75,0	70,0	65,4	65,4	65,3
Subconjunto C	7,4	5,9	9,8	7,5	6,1	9,6	7,1	5,8	9,9	7,8	7,8	7,6
Subtotal A + B + C	81,1	81,4	80,1	81,4	82,4	80,3	80,4	80,8	79,9	73,2	73,2	72,9
Subconjunto D	18,9	18,6	19,9	18,6	17,6	19,7	19,6	19,2	20,1	27,1	26,8	27,1
Total do continente	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Composição dos subconjuntos:

Subconjunto A: Lisboa, Porto e Setúbal.

Subconjunto B: Aveiro, Braga, Coimbra e Santarém.

Subconjunto C: Faro e Leiria.

Subconjunto D: Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Para concluir este primeiro passo, fiquemo-nos pela verificação simples destas concentrações e dispersões, para passarmos seguidamente à análise comparativa das distribuições da população no interior dos ramos de ensino e de cada sexo.

As distribuições regionais no ensino liceal e no ensino técnico

Começando pelas colunas 2 e 3 do quadro n.º 7, imediatamente ressalta que a concentração e a dispersão observadas ao nível do total global (coluna 1) se não reproduzem de forma idêntica no interior do ensino liceal e no do ensino técnico.

No total dos subconjuntos A, B e C, a concentração intensifica-se no ensino liceal e diminui no ensino técnico. Porém, nem todas as componentes deste subtotal se comportam do mesmo modo: o subconjunto de Lisboa, Porto e Setúbal intensifica a concentração no ensino liceal, ao contrário exactamente do que sucede nos outros dois subconjuntos, B e C, nos quais se verificam percentagens mais altas no ensino técnico do que no liceal. Ora é a conjugação destes valores diferentes do subconjunto A, por um lado, e dos subconjuntos B e C, por outro, que nos aponta claramente uma estrutura de distribuição do ensino técnico bastante mais equilibrada do que a do ensino liceal.

Distrito a distrito verifica-se que em treze distritos aumentam as participações no ensino técnico relativamente às do ensino liceal. Santarém e Leiria quase que dobram as percentagens (1,8 e 1,7 vezes mais, respectivamente), o que virá a manifestar-se na estrutura interna da população escolar dos distritos no que diz respeito à composição por ramos, que trataremos mais adiante. Todos estes distritos apresentarão taxas de ensino técnico superiores à média continental, ao contrário dos outros cinco distritos (Lisboa, Porto, Bragança, Guarda e Viseu), em que diminuem as percentagens de participação no total do ensino técnico do continente relativamente às que apresentam no ensino liceal: - 1,7, - 1,1, - 1,6, - 1,7, - 1,4 vezes, respectivamente (ver colunas 2 e 3 do quadro n.º 6).

Eis aqui uma primeira questão a carecer de explicação: a que factores se devem estas desigualdades de distribuição de um e outro ramo de ensino pelos distritos do continente?

Os elementos de que dispomos são bem insuficientes para esboçar um princípio de resposta. Precisamos de tentar ver mais claro, passando a outro tipo de comparação: a comparação intersexos.

As distribuições regionais de rapazes e de raparigas

Tomemos em primeiro lugar as colunas 4 e 7 (total de homens e total de mulheres) do quadro n.º 7. Aí se exprime, resumidamente, uma tendência global entre as raparigas para uma menor concentração que entre os rapazes: os subtotais A + B + C são de, respectivamente, 80,4 % e 81,4 %. Porém, esta tendência não se verifica uniformemente nos subconjuntos A, B e C. O subconjunto A aumenta a concentração em M e diminui em H, passando-se o inverso nos subconjuntos B e C. Convém notar que a estrutura das alterações em M está próxima da do ensino liceal, enquanto a dos homens é semelhante à observada para o ensino técnico, o que não impede, ao

contrário do que, à primeira vista, seria de esperar, que se verifique a tendência global acima referida (isto é, a menor concentração na distribuição em M).

Comparando as colunas 5 e 8 e tendo em conta a coluna 2 do quadro n.º 7, isto é, as distribuições de HL (homens no ensino liceal) e ML (mulheres no ensino liceal), verificamos a tendência para a distribuição menos concentrada de ML. Em todos os subconjuntos A, B e C se verifica esta tendência.

No que respeita às distribuições de HT (homens no ensino técnico) e MT (mulheres no ensino técnico), verifica-se igualmente que é ligeiramente menor a concentração em M no subconjunto total $A + B + C$, se bem que o comportamento de cada um dos subconjuntos seja diferente: a concentração eleva-se sensivelmente em A, muito pouco em C e diminui em B. Ambas as estruturas de alteração (isto é, comparando H-total com HT e M-total com MT) actuam no mesmo sentido e produzem alterações idênticas de HMT (coluna 3) relativamente a HM-total (coluna 1): no subconjunto A, menos concentração e aumentos das participações nos subconjuntos B e C.

Em resumo:

- 1) Entre L e T, menor tendência para a concentração em T.
- 2) Entre H e M, menor tendência para a concentração em M.
- 3) No interior de cada sexo, as estruturas de alteração de L e T são semelhantes e produzem, evidentemente, a mesma tendência em HM, no que respeita à comparação inter-ramos.
- 4) Do redobro da mesma tendência em T e em M, MT apresenta a menor concentração de todas as distribuições; do mesmo modo, e correlativamente, em HL verifica-se a maior concentração: 79,9 % e 82,4 %, respectivamente, ao nível do subtotal $A + B + C$.

Para finalizar, resta acrescentar que temos perfeita consciência de que os âmbitos das variações apontadas não são altamente significativos. Efectivamente, estruturas de concentração acentuadas possuem todas as distribuições apresentadas.

A que se deverão, apesar de tudo, as diferenças verificadas?

Neste ponto torna-se claro que precisamos de mais observações relativas a estruturas diferenciais da população escolar que adiante iremos abordar: composição por ramos, por sexos, por graus, ao nível do continente e dos distritos, para tentar identificar pontos de intercepção de novas relações potencialmente portadoras de significação mais precisa. Não tenhamos, porém, ilusões de que tais avanços nos tragam, por si sós, princípios de explicação. Eles constituirão, por sua vez, novos factos a explicar. O que permitirão, talvez, é alargar o campo da sugestão de linhas orientadoras de pesquisa.

Para já, podemos arriscar que serão indispensáveis, para além desses, outros elementos, a fornecer por uma história social de ensino secundário que contemple as diferenças de implantação regional, de difusão dos ramos e de frequências de cada sexo. Importante também será conhecer certas condições socioeconómicas locais, de forma a tentar ver, nomeadamente, a parte que caberá a procuras de ensino histórica e socialmente determinadas, por um lado, e, por outro, a acções de política económica e social deliberadamente empenhadas, ainda que sabendo quanto um e outro factor poderão influenciar-se reciprocamente.

Como explicar, com efeito, sem recorrer a elementos desta ordem, que, por exemplo, Lisboa e Bragança, espaços de características sociais tão diferentes, apresentem percentagens de alunos inscritos no ensino técnico tão aproximadas, como veremos (24,9 % e 25,1 %, respectivamente)?

Não dispondo dos elementos referidos, não é, de facto, o momento para avançar em nenhuma explicação concreta.

Cremos, porém, que, ainda que estas e outras igualdades e desigualdades fiquem por explicar, o simples facto de as localizar, em termos de espaço e de categorizações, poderá ser já um avanço.

2.3 *A distribuição regional das taxas de escolaridade*

Ao analisar a distribuição regional da população escolar do ensino secundário oficial diurno do continente no ano lectivo de 1974-75, e dentro dos limites da possibilidade de lhe atribuir significado preciso, um condicionamento logo de início referido foi a própria distribuição da população residente do continente nas idades «normais»⁸ de frequência do ensino secundário oficial diurno. Por esta razão, incluímos nos quadros n.ºs 6 e 7 colunas referentes à estimativa do volume da população residente de 12-19 anos no dia 31 de Dezembro de 1974 para os totais HM, H e M⁹.

Confrontando as colunas 10, 11 e 12 (distribuições da população residente) com as colunas 1, 4 e 7 do quadro n.º 6 (distribuições da população de alunos inscritos), verificamos em todos os distritos discrepâncias nas comparações par a par.

Não vale a pena, a este propósito, tirar mais de uma conclusão simples: todas as vezes em que a percentagem nas colunas de inscritos é superior à da coluna da população total trata-se de casos em que as taxas de escolaridade serão superiores à taxa média de escolaridade do continente; nos casos contrários produzirão-se, obviamente, o inverso. Claro que o âmbito da variação entre as duas percentagens indicará a maior ou menor distância relativamente à taxa média.

No quadro n.º 8 apresenta-se o valor da relação entre a percentagem que corresponde à participação de cada distrito (ao nível do total global e do de cada sexo) na distribuição da população residente estimada de 12-19 anos, em 31 de Dezembro de 1974, ou seja, os valores inscritos nas colunas 10, 11 e 12 do quadro n.º 6, e a percentagem que significa o volume da população escolar do ensino secundário oficial diurno no ano lectivo de 1974-75 do mesmo distrito em relação ao total da população escolar do continente, ou seja, os valores inscritos nas colunas 1, 4 e 7 do mesmo quadro n.º 6. Os sinais + ou - que afectam os valores desta relação significam, no caso de sinal positivo, que a percentagem da população escolar é superior à percentagem da população residente e, no caso de sinal negativo, o contrário. O número inscrito significa quantas vezes o termo

⁸ Normais foram por nós consideradas as idades compreendidas entre a mais baixa fixada formalmente pela organização do sistema — 12 anos no 1.º ano do curso geral — e a mais alta correspondente a dois anos de atraso — 19 anos, sabendo, no entanto, que estes limites não se distribuirão ao acaso pelos vários estratos sociais.

⁹ O cálculo da população residente teve como bases a estimativa da população residente, segundo o sexo, ano a ano, para 31 de Dezembro de 1974, fornecida pelo I. N. E., e a estrutura da distribuição da população do grupo etário considerado pelos distritos do continente, segundo os dados estatísticos publicados pelo I. N. E. do 11.º Recenseamento de População, 1970, Estimativa a 20 %.

de valor mais elevado é maior do que o outro. No caso em que surge o valor 1 está-se perante uma relação entre dois valores iguais, não fazendo sentido afectá-le de nenhum sinal, evidentemente.

Relação entre a percentagem da distribuição da população residente estimada dos 12 aos 19 anos, por distritos, e a percentagem correspondente relativa à população escolar

[QUADRO N.º 8]

Distritos	Sexos		
	HM	H	M
Aveiro	- 1,21	- 1,16	- 1,28
Beja	- 1,64	- 1,77	- 1,53
Braga	- 1,75	- 1,77	- 1,75
Bragança	- 1,04	- 1,17	+ 1,04
Castelo Branco	- 1,27	- 1,27	- 1,19
Coimbra	+ 1,15	+ 1,30	1
Évora	+ 1,05	+ 1,05	+ 1,05
Faro	+ 1,39	+ 1,31	+ 1,39
Guarda	- 1,42	- 1,53	- 1,33
Leiria	- 1,40	- 1,32	- 1,50
Lisboa	+ 1,72	+ 1,68	+ 1,77
Portalegre	- 1,15	- 1,07	- 1,23
Porto	- 1,08	- 1,08	- 1,08
Santarém	- 1,04	+ 1,06	- 1,14
Setúbal	+ 1,55	+ 1,44	+ 1,64
Viana do Castelo	- 1,74	- 1,63	- 1,89
Vila Real	- 1,63	- 1,70	- 1,52
Viseu	- 1,86	- 1,77	- 1,86

Nota — Os números inscritos neste quadro são o resultado da relação entre dois valores (indicados no quadro n.º 6): a percentagem da população residente estimada dos 12 aos 19 anos e a percentagem da população escolar do ensino secundário oficial, de cada distrito, nos respectivos totais do continente. Dividiu-se sempre o valor maior pelo menor. Quando há um sinal +, é porque o valor da percentagem da população escolar é superior ao da população residente; quando há um sinal -, é porque o valor da percentagem da população residente é superior ao da população escolar.

Verificadas estas discrepâncias, iremos explorar directamente a questão da taxa de escolaridade, ou seja, da medida da relação entre o número de alunos inscritos no sistema de ensino e o volume de população residente estimada de 12-19 anos. Essa taxa é construída como uma percentagem.

2.3.1 *As taxas de escolaridade: os valores globais do continente*

Interessa-nos, pois, passar directamente à observação do quadro n.º 9, que contém as diversas taxas de escolaridade — de cada sexo, de cada ramo, de cada grau de ensino e dos respectivos cruzamentos — dos totais do continente e dos distritos.

Que parâmetros temos para avaliar estas taxas?

Elas são medidas mais rigorosas da situação escolar que as distribuições que anteriormente apresentámos: dão-nos conta, pelo menos, da proporção em que a população residente do grupo etário considerado está integrada no sistema de ensino secundário oficial diurno, ou, visto por outro ângulo, da percentagem que os efectivos escolares considerados (H, M, L, T, HL, MT, etc.) representam em função da população residente estimada, tendo em conta a sua composição por sexos, nos distritos.

**Taxas de escolaridade do ensino secundário oficial diurno
por graus de ensino, conforme**

[QUADRO N.º 9]

Distritos	Ensino liceal										
	Curso geral			Curso complementar			Total				
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Aveiro	5,58	7,45	6,51	2,48	2,64	2,56	8,07	10,09	9,07	7,72	5,62
Beja	3,54	5,43	4,47	1,84	2,23	2,03	5,38	7,65	6,50	5,20	5,28
Braga	4,44	5,44	4,94	1,86	1,88	1,87	6,30	7,31	6,80	4,32	4,17
Bragança	9,18	12,66	10,88	2,99	3,81	3,39	12,18	16,47	14,27	4,18	4,56
Castelo Branco	4,74	7,30	6,00	2,73	3,22	2,97	7,47	10,53	8,97	6,87	5,76
Coimbra	10,17	10,09	10,13	4,32	4,32	4,32	14,49	14,41	14,45	9,39	5,37
Évora	6,39	9,37	7,89	3,42	4,22	3,82	9,82	13,59	11,71	9,04	7,51
Faro	8,74	10,93	9,82	3,76	5,14	4,44	12,50	16,08	14,26	10,55	10,27
Guarda	5,43	7,90	6,70	3,55	4,00	3,78	8,98	11,89	10,48	3,46	2,70
Leiria	4,60	5,07	4,83	2,66	2,66	2,66	7,26	7,73	7,49	6,82	5,81
Lisboa	17,23	19,83	18,52	6,83	8,32	7,57	24,06	28,15	26,09	7,41	7,15
Portalegre	5,98	7,55	6,79	2,85	2,64	2,74	8,83	10,19	9,53	8,18	5,73
Porto	8,34	10,12	9,22	3,31	3,40	3,35	11,64	13,52	12,57	5,64	5,01
Santarém	5,76	7,13	6,45	2,96	3,21	3,09	8,72	10,35	9,54	10,25	6,98
Setúbal	11,11	15,99	13,49	4,21	5,42	4,80	15,33	21,41	18,29	11,44	11,41
Viana do Castelo	4,45	5,33	4,91	2,13	1,62	1,87	6,58	6,96	6,78	4,82	4,10
Vila Real	3,81	6,39	5,07	1,85	2,08	1,97	5,66	8,47	7,04	5,19	4,58
Viseu	5,37	5,78	5,57	2,15	2,53	2,34	7,52	8,31	7,91	3,23	2,47
Continente	8,30	10,17	9,24	3,51	3,98	3,74	11,82	14,15	12,98	6,71	5,77

no continente, em 1974-75, segundo os ramos de ensino,
os sexos, em cada distrito

Ensino técnico							Total								
ral	Curso complementar			Total			Curso geral			Curso complementar			Total		
HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
6,68	1,14	0,53	0,84	8,86	6,15	7,51	13,30	13,07	13,19	3,63	3,17	3,40	16,93	16,24	16,59
5,24	0,34	0,33	0,33	5,54	5,61	5,57	8,74	10,71	9,71	2,17	2,56	2,36	10,91	13,26	12,07
4,24	0,59	0,24	0,42	4,91	4,41	4,66	8,76	9,61	9,18	2,45	2,12	2,29	11,21	11,72	11,47
4,37	0,93	0,26	0,60	5,11	4,82	4,97	13,36	17,23	15,24	3,93	4,06	3,99	17,29	21,29	19,24
6,33	1,30	0,65	0,98	8,17	6,42	7,31	11,62	13,07	12,33	4,03	3,87	3,95	15,64	16,94	16,28
7,35	2,09	0,74	1,40	11,48	6,11	8,75	19,56	15,46	17,48	6,41	5,06	5,72	25,97	20,53	23,20
8,27	1,23	0,69	0,96	10,27	8,20	9,23	15,44	16,88	16,16	4,65	4,92	4,78	20,09	21,80	20,94
10,41	3,09	1,56	2,34	13,64	11,83	12,75	19,29	21,20	20,23	6,85	6,70	6,78	26,14	27,91	27,01
3,07	0,46	0,45	0,45	3,92	3,15	3,52	8,89	10,60	9,77	4,01	4,44	4,23	12,90	15,04	14,00
6,33	0,61	0,39	0,50	7,43	6,20	6,83	11,42	10,88	11,16	3,27	3,05	3,16	14,69	13,93	14,32
7,28	1,67	1,05	1,36	9,08	8,20	8,64	24,63	26,98	25,80	8,50	9,37	8,93	33,13	36,35	34,73
6,92	1,07	0,80	0,93	9,25	6,54	7,85	14,16	13,28	13,71	3,91	3,45	3,67	18,07	16,73	17,38
5,33	1,09	0,56	0,83	6,73	5,57	6,15	13,98	15,13	14,55	4,39	3,96	4,18	18,37	19,09	18,72
8,61	1,75	0,49	1,12	12,00	7,46	9,72	16,00	14,11	15,05	4,71	3,70	4,21	20,72	17,81	19,26
11,43	2,02	1,10	1,57	13,46	12,51	13,00	22,56	27,40	24,92	6,23	6,52	6,37	28,78	33,92	31,29
4,45	0,42	0	0,20	5,24	4,10	4,65	9,27	9,43	9,35	2,55	1,62	2,07	11,82	11,05	11,42
4,89	0,54	0,29	0,42	5,73	4,87	5,31	9,00	10,97	9,97	2,39	2,37	2,38	11,39	13,34	12,35
2,85	0,47	0,18	0,33	3,69	2,64	3,18	8,60	8,25	8,42	2,62	2,71	2,67	11,22	10,96	11,09
6,24	1,19	0,60	0,90	7,90	6,37	7,14	15,01	15,94	15,48	4,71	4,58	4,64	19,72	20,52	20,12

Esta questão dos volumes dos escolarizados e dos não escolarizados no conjunto da população residente do grupo etário dos 12-19 anos merece que, para além da abordagem por via das taxas de escolaridade, se reúnam outros elementos que lhe delimitem com mais precisão os contornos, levantando alguns dos problemas que encerra. Construímos, assim, os quadros n.ºs 10-A, 10-B e 10-C com base nas *Estatísticas da Educação*, do I. N. E., respeitantes ao ano lectivo de 1973-74, para verificarmos como se distribuía o conjunto dos escolarizados dos mesmos anos de idade pelos diferentes graus de ensino. Os resultados obtidos levantam dois problemas importantes: o dos excluídos do sistema de ensino e o dos atrasados. No trabalho que temos em curso, estes problemas não podem ser devidamente tratados porque a informação estatística com que trabalhamos não contém, infelizmente, a distribuição dos efectivos escolares por idades.

Em relação ao problema dos excluídos do sistema de ensino nas idades entre os 12 e os 19 anos, procurámos recolher nas publicações editadas pelo I. N. E. sobre o recenseamento de 1970 informações sobre as percentagens de indivíduos do grupo etário que nos tem interessado com actividade económica, em relação ao conjunto de população residente dessas idades. Deparou-se-nos a dificuldade de não poder distinguir o grupo etário 12-19 anos, pelo que retivemos as duas classes de idades que cobrem o intervalo que pretendíamos. Os elementos recolhidos estão contidos no quadro n.º 11.

De acordo com esses elementos referentes a 1970, verifica-se que 36,2 % dos jovens dos 10-19 anos, ou exerciam já uma profissão, ou estavam desempregados, em busca de um primeiro ou de novo emprego. Esta percentagem subia ao nível de 45,0 % nos rapazes. Os valores apresentados variam, aliás, não só com o sexo, como com os distritos e a situação perante o exercício da actividade económica.

Não iremos aqui aprofundar esta questão, limitando-nos a chamar a atenção para o facto de ela exigir estudo mais pormenorizado e documentado. Sendo assim, continuaremos apenas com as taxas de escolaridade. Ficamos, no entanto, desde já, com uma ideia aproximada do que representa a escolaridade no ensino secundário para o conjunto etário escolhido, bem como das suas diferenças entre os rapazes e as raparigas e entre uns e outras no interior dos dois ramos de ensino. Nunca poderemos, porém, saber se, por exemplo, uma taxa menos elevada corresponde, de facto, a uma situação de ensino menos favorável para a população considerada, ou se, pelo contrário, se trata de uma população escolar que, mercê de um aproveitamento excepcionalmente bom, não está sobrecarregada com indivíduos das idades mais avançadas.

Como, contudo, não nos foi possível distinguir esses diferentes factores e como não nos pareceu ser esse o sentido apontado pelas desigualdades concretamente localizadas, tomaremos as taxas altas como mais «favoráveis» que as baixas.

Ainda outro esclarecimento. As taxas de cada sexo são comparáveis entre si, pois foram calculadas na base de populações residentes diferenciadas por sexos. Em alguns casos, como facilmente se identificará, podem ser tomadas como parcelas que se adicionam para se englobarem noutras colunas (por exemplo, HL e HT, em relação a H). Daí, elas poderem assumir um significado muito próximo da composição por ramos das respectivas populações. Dão-nos, assim, também uma medida de como as populações escolares se distribuem pelos dois ramos de ensino principais do ensino secundário, sendo, nesta base, igualmente fonte de comparações.

População escolar no continente e Ilhas, em 1973-74, em números absolutos, por graus de ensino, segundo a idade

[QUADRO N.º 10-A]

Idade	Total	Primário	Ciclo	Liceu	Técnico			Outros secundários	Superior	Normal
					C. I. A.	Regente Agrícola	Outros			
Total de todas as idades de cada grau de ensino	1 668 567	946 824	244 653	211 772	146 426	1 092	3 854	5 889	58 605	8 372
12 anos	153 149	75 093	64 072	10 873	2 679	7	—	425	—	—
13 anos	130 948	53 611	44 790	23 961	8 205	15	—	366	—	—
14 anos	65 867	—	21 715	28 675	15 179	43	—	255	—	—
15 anos	56 498	—	9 059	28 968	18 136	64	2	268	1	—
16 anos	51 296	—	4 049	27 285	18 834	124	85	319	13	587
17 anos	45 244	—	2 334	21 938	17 583	104	285	336	1 684	980
18 anos	41 604	—	2 432	18 846	14 664	129	382	351	3 601	1 199
19 anos	32 604	—	1 716	12 126	11 514	140	408	331	5 190	1 179
Total 12-19 anos	577 210	128 704	150 167	172 672	106 794	626	1 162	2 651	10 489	3 945

Fonte — *Estatísticas da Educação*, 1974, I. N. E.

Nota — Na coluna «C. I. A.» incluem-se os vários cursos do ensino técnico profissional, comercial, industrial e agrícola.

**População escolar no continente e Ilhas, em 1973-74, em percentagem, em relação ao total de cada ano de idade,
por grau de ensino**

[QUADRO N.º 10-B]

Idade	Total	Primário	Ciclo	Liceu	Técnico profissional			Outros secundários	Superior	Normal
					C. I. A.	Regente Agrícola	Outros			
Total de todas as idades de cada grau de ensino	100	56,8	14,6	12,7	8,8	0,07	0,23	0,35	3,5	0,50
12 anos	100	49,0	41,8	7,1	1,7	0,0005	—	0,28	—	—
13 anos	100	40,9	34,2	18,3	6,3	0,01	—	0,28	—	—
14 anos	100	—	33,0	43,5	23,0	0,07	—	0,39	—	—
15 anos	100	—	16,0	51,3	32,1	0,11	0,004	0,47	0,002	—
16 anos	100	—	7,9	53,2	36,7	0,24	0,16	0,62	0,03	1,1
17 anos	100	—	5,2	48,5	38,9	0,22	0,62	0,74	3,7	2,2
18 anos	100	—	5,9	45,3	35,2	0,31	0,92	0,84	8,7	2,9
19 anos	100	—	5,3	37,2	35,3	0,42	1,3	1,0	15,9	3,6
Total 12-19 anos	100	22,3	26,0	29,9	18,5	0,11	0,20	0,46	1,8	0,68

Fonte — Quadro n.º 10-A.

**População escolar no continente e Ilhas, em 1973-74, em percentagem, em relação ao total de cada grau de ensino,
segundo a idade**

[QUADRO N.º 10-C]

Idade	Primário	Ciclo	Liceu	Técnico			Outros secundários	Superior	Normal
				C. I. A.	Regente Agrícola	Outros			
Total de todas as idades de cada grau de ensino	100	100	100	100	100	100	100	100	100
12 anos	7,9	26,2	5,1	1,8	0,64	—	7,2	—	—
13 anos	5,7	18,3	11,3	5,6	1,4	—	6,2	—	—
14 anos	—	8,9	13,5	10,4	3,9	—	4,3	—	—
15 anos	—	3,7	13,7	12,4	5,9	0,05	4,6	0,002	—
16 anos	—	1,7	12,9	12,9	11,4	2,2	5,4	0,22	7,0
17 anos	—	0,95	10,4	12,0	9,5	7,4	5,7	2,9	11,7
18 anos	—	0,99	8,9	10,0	11,8	9,9	6,0	6,1	14,3
19 anos	—	0,70	5,7	7,9	12,8	10,6	5,6	8,9	14,1

Fonte — Quadro n.º 10-A.

**Percentagens de indivíduos dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos
no total da população**

[QUADRO N.º 11]

	Total				Activos a exercer uma	
	HM	H	M	HM	H	
Aveiro ..	100	100	100	13,4	15,9	15,9
	100	100	100	60,5	74,9	74,9
Beja ...	100	100	100	7,0	9,4	9,4
	100	100	100	46,0	63,4	63,4
Braga ...	100	100	100	17,3	18,9	18,9
	100	100	100	69,9	78,4	78,4
Bragança ...	100	100	100	7,5	11,0	11,0
	100	100	100	41,0	63,3	63,3
Castelo Branco ...	100	100	100	8,2	10,3	10,3
	100	100	100	44,9	58,7	58,7
Coimbra ...	100	100	100	9,0	10,6	10,6
	100	100	100	45,3	61,9	61,9
Évora ...	100	100	100	8,8	11,4	11,4
	100	100	100	51,3	66,3	66,3
Faro ...	100	100	100	6,5	9,3	9,3
	100	100	100	41,5	59,4	59,4
Guarda ..	100	100	100	8,3	10,7	10,7
	100	100	100	41,1	57,5	57,5
Leiria ...	100	100	100	11,0	15,1	15,1
	100	100	100	52,9	70,6	70,6
Lisboa ..	100	100	100	8,5	9,8	9,8
	100	100	100	50,8	64,3	64,3
Portalegre ...	100	100	100	8,9	11,2	11,2
	100	100	100	49,0	64,9	64,9
Porto ...	100	100	100	15,1	17,4	17,4
	100	100	100	65,3	76,7	76,7
Santarém ...	100	100	100	9,5	11,8	11,8
	100	100	100	49,4	63,8	63,8
Setúbal ..	100	100	100	8,0	10,0	10,0
	100	100	100	54,6	66,1	66,1
Viana do Castelo ...	100	100	100	14,1	15,6	15,6
	100	100	100	60,4	73,5	73,5
Vila Real ...	100	100	100	9,7	12,8	12,8
	100	100	100	44,5	65,2	65,2
Viseu ...	100	100	100	9,9	12,9	12,9
	100	100	100	51,8	72,9	72,9
Total do continente ...	100	100	100	11,3	13,5	13,5
	100	100	100	54,9	68,4	68,4

Fonte — 11.º Recenseamento da População, 1970. Estimativa a 20 %, I. N. E.

19 anos com actividade económica, por sexos e distritos,
residente, em 1970

População com actividade económica						
profissão	Desempregados					
	Procurando o primeiro emprego			Procurando novo emprego		
M	HM	H	M	HM	H	M
10,7	1,8	2,1	1,4	0,3	0,3	0,2
47,2	3,8	5,3	2,5	0,8	1,2	0,4
4,5	6,5	7,1	5,9	0,5	0,7	0,3
29,6	15,4	17,4	13,5	2,0	2,5	1,6
15,6	2,5	2,8	2,2	0,2	0,3	0,1
61,8	4,8	6,7	2,9	0,8	1,0	0,6
3,7	2,7	4,2	1,2	0,1	0,1	0,1
19,2	9,8	14,1	5,5	1,0	1,1	0,9
6,1	3,2	4,3	2,1	0,3	0,5	0,1
31,7	9,0	12,7	5,5	0,9	1,5	0,4
7,3	1,9	3,2	0,6	0,1	0,1	0,1
30,7	6,6	11,1	2,7	0,7	1,3	0,1
6,2	2,8	3,7	1,7	0,2	0,2	0,2
37,5	5,2	6,9	3,6	1,8	2,1	1,5
3,7	3,0	4,8	1,2	0,4	0,6	0,3
24,0	8,3	12,5	4,3	1,3	1,9	0,8
5,9	3,4	4,8	1,9	3,2	0,5	0,1
27,4	8,1	12,1	4,8	1,5	2,2	0,9
6,8	1,9	2,5	1,2	0,3	0,4	0,2
34,5	5,9	9,7	2,2	1,7	2,5	1,0
7,1	1,2	1,5	0,8	0,2	0,3	0,2
42,6	3,5	4,7	2,4	0,9	1,3	0,5
6,8	2,8	3,4	2,3	0,6	0,4	0,8
35,3	6,4	9,6	3,6	1,8	2,3	1,3
12,7	1,9	2,4	1,4	0,2	0,2	0,2
54,4	2,7	3,7	1,7	0,6	0,8	0,5
7,1	2,2	2,9	1,6	0,6	0,9	0,4
36,2	5,3	7,8	2,9	1,6	2,3	0,9
6,0	2,9	3,6	2,3	0,3	0,4	0,3
43,1	5,4	7,2	3,6	1,6	2,2	1,1
12,5	1,4	2,0	0,8	0,1	0,2	0,04
50,1	5,3	9,1	2,3	0,8	1,2	0,5
6,4	2,0	3,5	0,5	0,1	0,2	0,03
24,7	8,5	13,9	3,2	1,4	2,3	0,6
6,8	1,5	2,5	0,5	0,2	0,3	0,05
30,7	5,8	10,2	1,4	0,8	1,4	0,2
8,9	2,1	2,8	1,4	0,3	0,3	0,2
42,1	5,3	7,7	3,0	1,0	1,5	0,6

Feitas estas considerações prévias sobre o alcance do significado das taxas de escolaridade e sobre as possibilidades de comparação entre os valores das taxas apresentadas no quadro n.º 9, passaremos a alguns comentários sobre este quadro.

Podemos, em primeiro lugar, reter a taxa média do continente — 20,1 — e compará-la com as taxas equivalentes de outros países nos anos de 1950 e 1965 (ver quadro n.º 12), verificando aí que ela se situa entre as mais baixas.

Taxas de escolaridade no ensino secundário em diversos países, em 1950 e 1965

(QUADRO N.º 12)

Países	Taxas	
	1950	1965
Alemanha Federal	33	47
Áustria	18	30
Bélgica	31	45
Canadá	17	32
Dinamarca	34	35
Espanha	7	21
Estados Unidos	30	36
Finlândia	19	37
França	19	39
Holanda	34	48
Itália	14	37
Inglaterra	32	43
Japão	42	55
Jugoslávia	8	17
PORTUGAL	6	20
Suécia	19	24
Turquia	3	11

Fonte — Raymond Boudon, *L'inégalité des chances*, Paris, A. Colin, 1973.

Nota — As taxas foram calculadas com base nas populações de idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos.

É preciso ter em conta que o conteúdo da expressão «ensino secundário» varia de país para país. No caso de Portugal, o ensino secundário aqui compreendido às datas de 1950 e 1965 incluía o que actualmente é considerado ensino preparatório (1.º e 2.º anos). Ao comparar, pois, as taxas quer entre países, quer no mesmo país em diferentes momentos, não se pode deixar de chamar a atenção para as diferenças eventualmente existentes no significado dos mesmos conceitos.

Atrasos acentuados no percurso escolar anterior? Grande número de excluídos do sistema de ensino muito cedo? É bem provável! Se observarmos, por um lado, as percentagens de inscritos nos cursos gerais, confrontando-as com as de inscritos nos cursos complementares, e as quebras de frequência escolar na passagem dos anos terminais do secundário aos primeiros anos do ensino superior e, por outro, as taxas de «trabalharização» da população activa nas suas classes etárias mais baixas (ver quadro n.º 11), não teremos grandes dúvidas de que é isso, de facto, que exprimem as baixas taxas de escolaridade.

Comparando em seguida as taxas dos vários subconjuntos definidas em termos das nossas variáveis principais, encontramos diferenças a assinalar.

O confronto entre as várias taxas médias do continente mostra:

- 1) Uma diferença entre H e M globais, com vantagem para M, ainda que dentro de limites bastante estreitos.

- 2) Esta diferença global é o resultado da tendência intersexos, que no interior de cada ramo varia em sentido inverso: a taxa de HT é superior à de MT (+ 24 %), enquanto em L é a taxa ML que é superior à de HL (+ 20 %). As duas diferenças compensam-se, reservando para M uma pequena vantagem.
- 3) Já a diferença entre os ramos é bastante maior: a taxa de L é quase duas vezes superior à de T: + 1,82.
- 4) Especificando a comparação inter-ramos no interior de cada sexo, vemos que é a mesma tendência que se revela nos dois casos, estando, no entanto, muito acentuada no interior de M. Assim, a diferença de + 1,82 favorável a L é resultado dos dois valores: + 1,50 para HL sobre HT e + 2,22 de ML sobre MT. Veremos na segunda parte deste trabalho como se traduz esta situação na composição por ramos de ensino dos inscritos de cada sexo, verificando-se que a percentagem de HT em H é francamente superior à de MT em M: 40,1 % e 31,0 % respectivamente.

No quadro n.º 13, que contém as medidas de relação das taxas intersexos global e no interior de cada ramo, estão traduzidas com precisão estas diferenças.

Feita esta apreciação, pouco podemos adiantar, sobretudo no que mais interessaria,

Relação entre taxas de escolaridade, por distritos

[QUADRO N.º 13]

Distritos	Relações					
	H/M	HT/MT	HL/ML	L/T	HL/HT	ML/MT
	Base H	Base HT	Base HL	Base L	Base HL	Base ML
Aveiro	+ 1,04	+ 1,44	- 1,25	+ 1,21	- 1,10	+ 1,64
Beja	- 1,22	- 1,01	- 1,42	+ 1,17	- 1,03	+ 1,36
Braga	- 1,05	+ 1,11	- 1,16	+ 1,46	+ 1,28	+ 1,66
Bragança	- 1,23	+ 1,06	- 1,35	+ 2,87	+ 2,38	+ 3,42
Castelo Branco	- 1,08	+ 1,27	- 1,41	+ 1,23	- 1,09	+ 1,64
Coimbra	+ 1,27	+ 1,88	+ 1,01	+ 1,65	+ 1,26	+ 2,36
Évora	- 1,09	+ 1,25	- 1,38	+ 1,27	- 1,05	+ 1,66
Faro	- 1,07	+ 1,15	- 1,29	+ 1,12	- 1,09	+ 1,36
Guarda	- 1,17	+ 1,24	- 1,32	+ 2,98	+ 2,29	+ 3,78
Leiria	+ 1,06	+ 1,20	- 1,07	+ 1,10	- 1,02	+ 1,25
Lisboa	- 1,10	+ 1,11	- 1,17	+ 3,02	+ 2,65	+ 3,43
Portalegre	+ 1,08	+ 1,41	- 1,15	+ 1,21	- 1,05	+ 1,56
Porto	- 1,04	+ 1,21	- 1,16	+ 2,04	+ 1,73	+ 2,43
Santarém	+ 1,16	+ 1,61	- 1,19	- 1,02	- 1,38	+ 1,39
Setúbal	- 1,18	+ 1,08	- 1,40	+ 1,41	+ 1,14	+ 1,71
Viana do Castelo	+ 1,07	+ 1,28	- 1,06	+ 1,46	+ 1,26	+ 1,70
Vila Real	- 1,17	+ 1,18	- 1,50	+ 1,33	- 1,01	+ 1,74
Viseu	+ 1,02	+ 1,40	- 1,11	+ 2,49	+ 2,04	+ 3,15
Total do continente	- 1,04	+ 1,24	- 1,20	+ 1,82	+ 1,50	+ 2,22

Nota — O processo de trabalho usado para calcular esta relação e o significado dos valores e sinais apresentados neste quadro são semelhantes aos do quadro n.º 8. Neste caso, porém, indica-se qual o termo da relação que, ao ter valor superior ao segundo termo, faz aparecer o sinal +: é o que no cabeçalho de cada coluna se chama «base».

Ficamos, de facto, a saber quais os sentidos das variações, onde elas são mais intensas, onde são menos, com que elementos dos subconjuntos das populações inscritas estão relacionadas e de que resultam. Porém, no que respeita à explicação destas diferenças, teremos de ficar em considerações vagas.

A aproximação entre as taxas de escolaridade de H e M é seguramente o resultado de um processo que, pouco a pouco, tem vindo a pôr em pé de igualdade rapazes e raparigas no que respeita ao acesso ao ensino. Porém, por um lado, as condições de igualização relativa não são idênticas em todos os distritos (como veremos a seguir) e, por outro, as condições dentro do próprio sistema tão-pouco são idênticas para uns e para outras, julgamos que com certo desfavor para as raparigas.

É verdade que a taxa de escolaridade ML é superior à HL e que 69 % das raparigas se concentram no liceu, o que poderá ser considerado como situação mais favorável, sobretudo se tivermos em conta a diminuta oferta de cursos no ensino técnico, onde a distribuição das raparigas pelos cursos gerais que lhes são abertos aponta a altíssima concentração de 76 % no curso geral de Administração e Comércio, remetendo quase todas as restantes para o curso geral de Formação Feminina (21,9 %). A situação é, pois, de uma enorme assimetria na distribuição das raparigas pelos cursos gerais do ensino técnico, além do facto de a existência do curso de Formação Feminina e do volume de alunas que o frequentam levantar, na nossa opinião, dúvidas sobre o seu estatuto e finalidades como curso geral do ensino técnico.

Entre os rapazes, cuja percentagem de inscritos no liceu é ainda elevada — 59,9 % —, a situação no ensino técnico é muito mais equilibrada também no que respeita à dispersão pelos cursos: nos cursos gerais, 35 % estão no curso de Administração e Comércio, 28 % no de Electricidade e 32 % no de Mecânica.

No quadro n.º 14 estão contidos os valores percentuais da distribuição dos alunos pelos cursos gerais do ensino técnico, segundo os sexos.

Distribuição por cursos dos alunos inscritos nos cursos gerais do ensino técnico oficial diurno, no continente, em 1974-75, em percentagem, segundo o sexo

[QUADRO N.º 14]

Sexo	Administração e comércio	Agricultura	Artes visuais	Construção civil	Electricidade	Formação feminina	Mecânica	Química	Têxtil	Habilitação complementar
HM	53,8	1,2	1,0	0,8	15,2	10,1	17,3	0,5	0,1	0,01
M	35,0	2,0	1,0	1,4	28,0	—	32,0	0,4	0,2	0,02
MM	76,0	0,4	1,0	—	—	21,9	—	0,7	—	—

Fonte — Direcção-Geral do Ensino Secundário.

Por outro lado, a comparação inter-ramos, como já vimos, aponta-nos uma taxa de escolaridade em L quase duas vezes superior à de T: +1,8; entre os rapazes, a relação entre HL e HT é de apenas +1,5, sendo bastante mais elevada entre as raparigas: ML superior 2,2 vezes a MT.

Que poderá significar a combinação de todas estas tendências?

Faltando-nos taxas de escolaridade calculadas por estratos socioprofissionais de origem dos alunos, segundo os sexos ¹⁰, e a respectiva distribuição por ramo de ensino, o mais que podemos avançar é:

- 1) Admitindo como certo que a existência dos dois ramos corresponde a duas vias de escolarização pelas quais os indivíduos se não distribuem ao acaso, sendo o liceu destinado *preferencialmente* a ser frequentado pelos estratos superiores, abandonando o ensino técnico aos estratos mais baixos (e, para além de estudos realizados noutros países, alguns estudos parciais realizados em Portugal vão no sentido de confirmar esta hipótese);
- 2) Admitindo, por outro lado, que o processo de escolarização se faz das camadas mais altas para as mais baixas e, dentro delas, dos rapazes às raparigas;
- 3) Sendo baixa a taxa de escolaridade média global no ensino secundário oficial diurno no continente (20,1), poderemos, daqui e das variações observadas relativamente à taxa média, concluir:
 - a) Que o processo de escolarização ao nível do ensino secundário oficial está ainda muito longe de atingir a totalidade da população com a idade adequada a esse nível e de se processar igualmente;
 - b) Que a escolarização total para as camadas superiores e médias (embora com possíveis variações entre estas) deve estar incomparavelmente mais avançada que para as camadas baixas (veja-se a superioridade global das taxas de escolaridade de L sobre T);
 - c) Que, no interior das camadas mais elevadas, a escolarização deve processar-se de forma praticamente igualitária entre rapazes e raparigas (veja-se a superioridade quase sistemática — ainda que não espectacular — das taxas de escolaridade de ML sobre HL);
 - d) Que, pelo contrário, nas camadas mais baixas, a igualdade entre sexos não está muito avançada (para o fundamental quase basta inverter os papéis relativamente ao que se passa em L. De facto, veja-se a superioridade sistemática — e bastante acentuada — das taxas de escolaridade de HT sobre MT);
 - e) Que, portanto, entre os rapazes, as diferenças de escolarização segundo os estratos socioprofissionais de origem não deve, apesar de tudo, ser tão grande como entre as raparigas. (Veja-se que a

¹⁰ Essas taxas são calculadas da seguinte maneira:

$$\frac{\text{número de efectivos escolares do estrato A de idade } x}{\text{número de indivíduos pertencentes ao estrato A de idade } x}$$

cálculo que se repetirá n vezes, segundo a especificidade em estrato, sexo e idade de cada subconjunto que interessa considerar.

Não dispomos, porém, nem de informação sobre a origem socioeconómica dos inscritos, nem sobre a repartição por estratos da população global por idades. Não dispondo da primeira informação, nem sequer uma taxa aproximada podemos calcular na base de

$$\frac{\text{número de inscritos do estrato A}}{\text{número de chefes de família de estrato A}}$$

diferença entre as taxas de escolaridade de H e M são diminutas e como elas divergem no interior de L e de T; veja-se igualmente que o âmbito da relação das taxas de escolaridade entre HT e HL é significativamente inferior ao de MT e ML — ver quadro n.º 13);

- f) Que, para finalizar, no caminho percorrido no sentido de uma escolarização mais intensa ao nível do ensino secundário, têm sido melhor sucedidas as camadas superiores, deixando para trás os estratos inferiores e, dentro destes, sobretudo as raparigas.

Aqui fica, assim, um pequeno conjunto de sugestões a explorar na tentativa de encontrar explicação para as desigualdades que verificámos. Estamos agora em melhores condições para passarmos à análise da distribuição das taxas de escolaridade do ensino secundário oficial diurno referentes ao ano lectivo de 1974-75, pelos distritos do continente.

2.3.2 As taxas de escolaridade nos distritos

Os quadros relativos às taxas de escolaridade apresentam, além das taxas médias que até agora temos vindo a considerar, as mesmas apuradas ao nível de distrito.

Ainda que a caracterização regional só venha a ser objecto da parte seguinte deste trabalho, pareceu-nos adequado fazer, desde já, alguns comentários sobre a situação intra e interdistrital.

Variações interdistritais

Os quadros n.ºs 15-A, 15-B e 15-C contêm taxas de escolaridade por sexos, e por ramos segundo os sexos, nos distritos, ordenadas, em cada caso, da maior à menor. Por sua vez, os quadros n.ºs 16-A, 16-B e 16-C contêm as mesmas taxas, mas agora sob a forma de índices, tendo como base o valor mais baixo registado nos distritos do continente. Relembremos, entretanto, que o quadro n.º 13 apresenta as variações intradistritais das taxas de escolaridade entre sexos, entre ramos e entre ramos e sexos.

As taxas globais variam entre o valor mínimo de 11,1 de Viseu e o valor máximo de 34,7 de Lisboa. A medida desta variação pode encontrar-se no quadro n.º 16-A, comparando os respectivos índices de 100 e 313, o que corresponde a uma relação da ordem de 1 para 3,1. Assim, a taxa global do continente — 20,1 — esconde diferenciações apreciáveis. Nem todo o território continental apresenta situações de escolarização idênticas.

Voltando ao que atrás se dizia a propósito da diferenciação entre uma zona interior de escassa população escolar e a zona litoral, quais as variações que agora encontramos em termos de taxas de escolaridade? Variando ambas bastante no seu interior, a primeira zona apresenta variações que vão dos 11,1 % de escolarizados em Viseu a 20,9 % em Évora, passando por 19,2 % em Bragança, 17,4 % em Portalegre, etc. (ver quadro n.º 17), numa variação entre a mais alta e a mais baixa da ordem de 1 para 1,8; a zona litoral apresenta variações que vão de 11,5 % em Braga a 34,7 % em Lisboa, numa diferença de valores na proporção de 1 para 3. Vemos, igualmente, que não há qualquer regularidade na relação entre mais altas percentagens de participação da população residente local de 12-19 anos no total do continente e altas taxas de escolaridade.

Taxas de escolaridade no ensino secundário oficial, por ordem decrescente dos seus valores, segundo os sexos, nos distritos, em 1974-75

[QUADRO N.º 15-A]

Distritos	HM	Distritos	H	Distritos	M
Lisboa	34,7	Lisboa	33,1	Lisboa	36,4
Setúbal	31,3	Setúbal	28,8	Setúbal	33,9
Faro	27,0	Faro	26,1	Faro	27,9
Coimbra	23,2	Coimbra	26,0	Évora	21,8
Évora	20,9	Santarém	20,7	Bragança	21,3
Continente	20,1	Évora	20,1	Coimbra	20,5
Santarém	19,3	Continente	19,7	Continente	20,5
Bragança	19,2	Porto	18,4	Porto	19,1
Porto	18,7	Portalegre	18,1	Santarém	17,8
Portalegre	17,4	Bragança	17,3	Castelo Branco	16,9
Aveiro	16,6	Aveiro	16,9	Portalegre	16,7
Castelo Branco	16,3	Castelo Branco	15,6	Aveiro	16,2
Leiria	14,3	Leiria	14,7	Guarda	15,0
Guarda	14,0	Guarda	12,9	Leiria	13,9
Vila Real	12,4	Viana do Castelo	11,8	Vila Real	13,3
Beja	12,1	Vila Real	11,4	Beja	13,3
Braga	11,5	Braga	11,2	Braga	11,7
Viana do Castelo	11,4	Viseu	11,2	Viana do Castelo	11,1
Viseu	11,1	Beja	10,9	Viseu	11,0

Taxas de escolaridade no ensino técnico oficial, por ordem decrescente dos seus valores segundo os sexos, nos distritos, em 1974-75

[QUADRO N.º 15-B]

Distritos	HM	Distritos	H	Distritos	M
Setúbal	13,0	Faro	13,6	Setúbal	12,5
Faro	12,8	Setúbal	13,5	Faro	11,2
Santarém	9,7	Santarém	12,0	Lisboa	8,2
Évora	9,2	Coimbra	11,5	Évora	8,2
Coimbra	8,8	Évora	10,3	Santarém	7,5
Lisboa	8,6	Portalegre	9,3	Portalegre	6,5
Portalegre	7,9	Lisboa	9,1	Castelo Branco	6,4
Aveiro	7,5	Aveiro	8,9		
Castelo Branco	7,3	Castelo Branco	8,2	Continente	6,4
Continente	7,1	Continente	7,9	Leiria	6,2
				Aveiro	6,2
Leiria	6,8	Leiria	7,4	Coimbra	6,1
Porto	6,2	Porto	6,7	Beja	5,6
Beja	5,6	Vila Real	5,7	Porto	5,6
Vila Real	5,3	Beja	5,5	Vila Real	4,9
Bragança	5,0	Viana do Castelo	5,2	Bragança	4,8
Braga	4,7	Bragança	5,1	Braga	4,4
Viana do Castelo	4,7	Braga	4,9	Viana do Castelo	4,1
Guarda	3,5	Guarda	3,9	Guarda	3,2
Viseu	3,2	Viseu	3,7	Viseu	2,6

Taxas de escolaridade no ensino liceal oficial, por ordem decrescente dos seus valores, segundo os sexos, nos distritos, em 1974-75

[QUADRO N.º 15-C]

Distritos	HM	Distritos	H	Distritos	M
Lisboa	26,1	Lisboa	24,1	Lisboa	28,2
Setúbal	18,3	Setúbal	15,3	Setúbal	21,4
Coimbra	14,5	Coimbra	14,5	Bragança	16,5
Bragança	14,3	Faro	12,5	Faro	16,1
Faro	14,3	Bragança	12,2	Coimbra	14,4
Continente	13,0	Continente	11,8	Continente	14,2
Porto	12,6	Porto	11,6	Évora	13,6
Évora	11,7	Évora	9,8	Porto	13,5
Guarda	10,5	Guarda	9,0	Guarda	11,9
Portalegre	9,5	Portalegre	8,8	Castelo Branco	10,5
Santarém	9,5	Santarém	8,7	Santarém	10,4
Aveiro	9,1	Aveiro	8,1	Portalegre	10,2
Castelo Branco	9,0	Viseu	7,5	Aveiro	10,1
Viseu	7,9	Castelo Branco	7,5	Vila Real	8,5
Leiria	7,5	Leiria	7,3	Viseu	8,3
Vila Real	7,0	Viana do Castelo	6,6	Leiria	7,7
Braga	6,8	Braga	6,3	Beja	7,7
Viana do Castelo	6,8	Vila Real	5,7	Braga	7,3
Beja	6,5	Beja	5,4	Viana do Castelo	7,0

Índices das taxas de escolaridade global e por ramos do ensino secundário oficial, por ordem decrescente dos seus valores, nos distritos, em 1974-75. Base (100): taxa mais baixa dos distritos do continente

[QUADRO N.º 16-A]

Total		Ensino técnico		Ensino liceal	
Distritos	HM	Distritos	HM	Distritos	HM
Lisboa	313	Setúbal	406	Lisboa	402
Setúbal	282	Faro	400	Setúbal	282
Faro	243	Santarém	303	Coimbra	223
Coimbra	209	Évora	288	Bragança	220
Évora	188	Coimbra	275	Faro	220
Continente	181	Lisboa	269	Continente	200
Santarém	174	Portalegre	247	Porto	194
Bragança	173	Aveiro	234	Évora	180
Porto	168	Castelo Branco	228	Guarda	162
Portalegre	157	Continente	222	Portalegre	146
Aveiro	150	Leiria	213	Santarém	146
Castelo Branco	147	Porto	194	Aveiro	140
Leiria	129	Beja	175	Castelo Branco	138
Guarda	126	Vila Real	166	Viseu	122
Vila Real	112	Bragança	156	Leiria	115
Beja	109	Braga	147	Vila Real	108
Braga	104	Viana do Castelo	147	Braga	105
Viana do Castelo	103	Guarda	109	Viana do Castelo	105
Viseu	100	Viseu	100	Beja	100

Índices das taxas de escolaridade dos alunos do sexo masculino, do total e de cada ramo de ensino secundário oficial, por ordem decrescente dos seus valores, nos distritos, em 1974-75. Base (100): taxa mais baixa dos distritos do continente

[QUADRO N.º 16-B]

Total		Ensino técnico		Ensino liceal	
Distritos	H	Distritos	H	Distritos	H
Lisboa	303	Faro	368	Lisboa	446
Setúbal	264	Setúbal	365	Setúbal	283
Faro	239	Santarém	324	Coimbra	269
Coimbra	239	Coimbra	311	Faro	231
Santarém	190	Évora	278	Bragança	226
Évora	184	Portalegre	251		
		Lisboa	246	Continente	219
Continente	181	Aveiro	241		
		Castelo Branco	222	Porto	215
Porto	169			Évora	182
Portalegre	166	Continente	214	Guarda	167
Bragança	159			Portalegre	163
Aveiro	155	Leiria	200	Santarém	161
Castelo Branco	143	Porto	181	Aveiro	150
Leiria	135	Vila Real	154	Viseu	139
Guarda	118	Beja	149	Castelo Branco	139
Viana do Castelo	108	Viana do Castelo	141	Leiria	135
Vila Real	105	Bragança	138	Viana do Castelo	122
Braga	103	Braga	132	Braga	117
Viseu	103	Guarda	105	Vila Real	106
Beja	100	Viseu	100	Beja	100

Índices das taxas de escolaridade dos alunos do sexo feminino, do total e de cada ramo de ensino secundário oficial, por ordem decrescente dos seus valores, nos distritos, em 1974-75. Base (100): taxa mais baixa dos distritos do continente

[QUADRO N.º 16-C]

Total		Ensino liceal		Ensino técnico	
Distritos	M	Distritos	M	Distritos	M
Lisboa	331	Setúbal	481	Lisboa	403
Setúbal	308	Faro	454	Setúbal	306
Faro	254	Lisboa	315	Bragança	236
Évora	198	Évora	315	Faro	230
Bragança	194	Santarém	288	Coimbra	206
Coimbra	186	Portalegre	250		
		Castelo Branco	246	Continente	203
Continente	186	Continente	246	Évora	194
Porto	177	Leiria	239	Porto	193
Santarém	162	Aveiro	239	Guarda	170
Castelo Branco	154	Coimbra	235	Castelo Branco	150
Portalegre	152	Beja	215	Santarém	149
Aveiro	142	Porto	215	Portalegre	146
Guarda	136	Vila Real	189	Aveiro	144
Leiria	126	Bragança	185	Vila Real	121
Vila Real	121	Braga	169	Viseu	119
Beja	121	Viana do Castelo	158	Leiria	110
Braga	106	Guarda	123	Beja	110
Viana do Castelo	101	Viseu	100	Braga	104
Viseu	100			Viana do Castelo	100

Taxas de escolaridade do ensino secundário oficial em 1974-75 e percentagem da população residente de 12-19 anos, em 31 de Dezembro de 1974, por blocos de distritos (Interior/litoral)

[QUADRO N.º 17]

Distritos interiores	Taxas de escolaridade	Percentagem da população residente de 12-19 anos	Distritos litorais	Taxas de escolaridade	Percentagem da população residente de 12-19 anos
Beja	12,1	2,3	Braga	11,5	9,1
Évora	20,9	1,9	Porto	18,7	18,3
Portalegre	17,4	1,5	Aveiro	16,6	7,4
Castelo Branco	16,3	3,3	Coimbra	23,2	4,7
Viseu	11,1	5,4	Leiria	14,3	4,9
Guarda	14,0	2,7	Lisboa	34,7	15,9
Vila Real	12,4	3,9	Santarém	19,3	4,9
Bragança	19,2	2,6	Setúbal	31,3	5,1
Viana do Castelo ..	11,4	3,3	Faro	27,0	2,8
Subconjunto interior	14,2	26,9	Subconjunto litoral	22,3	73,1
Relação entre o valor maior e o menor	1,8	3,6	Relação entre o valor maior e o menor	3,0	6,5

Nota — Inclui-se o distrito de Viana do Castelo no grupo dos distritos interiores e o distrito de Santarém no grupo dos distritos litorais por apresentarem características que os aproximam muito mais desses grupos do que dos conjuntos a que, do ponto de vista estritamente geográfico, lhes caberia pertencerem.

Apesar de tudo, não podemos deixar de notar que a zona interior apresenta uma taxa média de 14,2, enquanto essa taxa no litoral se eleva a 22,3, abrangendo a primeira 26,9 % da população residente estimada do continente de 12-19 anos e a segunda 73,1 %.

Não nos iludamos, porém, com estes números, que nos poderiam levar a concluir que a maior parte dessa população está escolarizada ao nível mais alto. Recordemos que, no seu interior, as variações entre as taxas não são de desprezar. Vendo que algumas das zonas mais populosas apresentam simultaneamente altas ou razoáveis taxas de escolaridade, não admira que pesem bastante no conjunto.

Se procedermos a um agrupamento de outra ordem, veremos que os resultados se alteram. Como se vê no quadro n.º 18, juntando, por um lado, os distritos que apresentam taxas de escolaridade superiores à média do continente (subconjunto A) e, por outro, os que têm taxas inferiores (subconjunto B), encontramos o subconjunto B, que abrange 69,6 % da população residente estimada de 12-19 anos do continente e que apresenta uma taxa média de 15,4, com uma maior homogeneidade interna do que as dos subconjuntos anteriormente definidos, e o subconjunto A, abrangendo apenas 30,5 % da população residente e com uma taxa de escolaridade duas vezes superior à do subconjunto B.

Em termos gerais, pois, podemos afirmar, ao contrário do que parecia indicar o agrupamento anterior, que a maior parte (69,6 %) da população residente estimada de 12-19 anos do continente se encontra escolarizada segundo taxas que se distribuem em torno do valor médio de 15,4, variando, nos valores-limite, na proporção de 1 para 1,7, enquanto 30,4 % está escolarizada à taxa média relativamente elevada de 30,8, entre o máximo

de 34,7 e o mínimo de 20,9, limites cujos valores estão entre si na relação de 1,7 para 1, respectivamente.

À falta de outros elementos, não podemos aqui ir mais longe: medimos variações, localizámos taxas; porém, explicá-las não está por agora ao nosso alcance, pois que princípios que parecem jogar nuns casos são, de imediato, desmentidos noutros. Basta, por exemplo, dizer que as taxas mais elevadas de Lisboa e Setúbal poderiam fazer supor uma relação com certos níveis de desenvolvimento económico-industrial, urbano, etc. Mas Évora, com os seus 20,9, e Bragança, com 19,2? E Aveiro e Porto, que também apresentam condições de desenvolvimento acima das médias no continente e têm taxas inferiores: 16,6 e 18,7 respectivamente?

Se nos tivesse sido possível calcular taxas ao nível de concelho ¹¹, talvez pudéssemos clarificar um pouco mais estas situações.

Taxas de escolaridade do ensino secundário oficial em 1974-75 e percentagem da população residente de 12-19 anos em 31 de Dezembro de 1974, por blocos de distritos, conforme as respectivas taxas de escolaridade são superiores ou inferiores à média do continente

[QUADRO N.º 18]

Distritos com taxas superiores à média do continente	Taxas de escolaridade	Percentagem da população residente de 12-19 anos	Distritos com taxas inferiores à média do continente	Taxas de escolaridade	Percentagem da população residente de 12-19 anos
Lisboa	34,7	15,9	Santarém	19,3	4,9
Setúbal	31,3	5,1	Bragança	19,2	2,6
Faro	27,0	2,8	Porto	18,7	18,3
Coimbra	23,2	4,7	Portalegre	17,4	1,5
Évora	20,9	1,9	Aveiro	16,6	7,4
			Castelo Branco ...	16,3	3,3
			Leiria	14,3	4,9
			Guarda	14,0	2,7
			Vila Real	12,4	3,9
			Beja	12,1	2,3
			Braga	11,5	9,1
			Viana do Castelo ..	11,4	3,3
			Viseu	11,1	5,4
Subconjunto A ...	30,8	30,4	Subconjunto B ...	15,4	69,6
Relação entre o valor maior e o menor	1,7	8,4	Relação entre o valor maior e o menor	1,7	8,0

As variações entre distritos no que se refere às taxas de escolaridade por ramos e sexos podem extrair-se dos quadros n.ºs 16-A, 16-B e 16-C.

Entre os rapazes, as taxas variam na razão de 1 para 3; entre as raparigas, as variações têm um âmbito um pouco mais largo e vão de 1 a 3,3. É de não esquecer que variações desta ordem são razoavelmente significativas, o que nos dá uma medida das diferenciações entre os distritos no que respeita à escolarização, diferenciações que se verificam em todos os subconjuntos determinados pelas variáveis trabalhadas. A variação no interior de L vai de 1 (Beja) a 4 (Lisboa) e em T de 1 (Viseu) a 4,1 (Setúbal).

¹¹ Partindo dos elementos estatísticos disponíveis, os resultados a que chegá-riamos viriam, na maior parte dos casos, afectados por uma baixa fiabilidade.

Assim, na perspectiva interdistrital, as variações nos ramos são superiores às dos sexos. Sendo estas variações mais amplas em M do que em H, sendo também mais elevadas em T do que em L, encontramos em MT a mais ampla variação interdistrital: de 1 a 4,8.

Como se pode verificar, em todos os casos são as variações interdistritos (ver quadros n.ºs 16-A a 16-C) superiores às variações intersexos ou inter-ramos (ver quadro n.º 13), donde valer a pena ser feita uma análise regional.

Nalguns casos, certas variações intradistritais são, no entanto, iguais ou ligeiramente superiores às verificadas entre distritos, o que denota, além do mais, diferenciações apreciáveis na estrutura dos distritos.

Variações intradistritais

Como já se disse atrás, não foi possível calcular taxas de escolaridade por concelhos, o que seria extremamente útil para o apuramento das diferenciações no interior de cada distrito.

Deste modo, temos de nos limitar às comparações intradistritais no que se refere às diferentes categorias de subconjuntos — matriz desta análise.

Para tal, voltemos novamente ao quadro n.º 13, apenas para uma breve apreciação dessas diferenças:

- 1) Entre sexos, as diferenças vão desde variações de +1,27 nos homens (em Coimbra) a -1,23 (Bragança), passando pela igualdade (Faro).
- 2) Entre ramos vão desde +3,02 de L relativamente a T (Lisboa) a -1,02 (Santarém).
- 3) Entre sexos no interior de T, as taxas HT são sempre superiores, excepto em Beja, às de MT, indo de +1,88 (Coimbra) a -1,02 (Beja); no interior de L, para uma quase totalidade de taxas de HL inferiores a ML, as diferenças vão de -1,50 (Vila Real) a +1,01 (Coimbra).
- 4) Entre ramos para cada sexo, a variação vai, em H, de +2,65 de HL (Lisboa) a -1,38 (Santarém). Para M (com taxas ML sempre superiores), as variações vão de +3,78 (Guarda) a +1,25 (Leiria).

Verificamos, pois, que as diferenças mais amplas de valores de taxas de escolaridade no interior dos distritos são as que se registam na comparação entre os dois ramos de ensino, o mesmo sucedendo no plano do confronto interdistrital, seguindo-se-lhes as que se verificam entre HT e HL intra e interdistritos.

Resumindo, pode ainda dizer-se (repetindo de outra forma o que acima foi dito) que:

- 1) Dadas as amplitudes de variação entre H e M, a diferença de escolarização entre sexos não se alterou grandemente de distrito para distrito.
- 2) Já no que diz respeito à comparação entre T e L se verifica a tendência geral para um desfavor da taxa de escolaridade de T, variando esse desfavor significativamente de distrito para distrito.
- 3) No interior de T, as diferenças de escolarização entre sexos seguem uma tendência global desfavorável a MT, com razoáveis variações.

Em L, a tendência é globalmente favorável a ML. Porém, aquilo que M ganha em L é inferior ao que perde em T.

- 4) Comparações entre ramos para cada sexo revelam que, em H, a posição mais favorável é de HL, e as alterações de distrito para distrito relativamente a esta posição marcam situações significativamente diferentes — distritos em que a taxa HL é francamente superior à de HT (2,7, 2,4, 2,3 vezes superior, etc.) e distritos em que a taxa de HT é superior à de HL (1,4, 1,1 vezes, etc.). Em M, a situação de ML é sempre mais favorável do que a de MT, variando, no entanto, desde situações de franca superioridade a situações que estão bastante mais próximas da igualdade.

Acabemos por aqui. Da combinatória destas medidas de variação no interior dos distritos, de forma a caracterizá-los, não é esta a ocasião de falar. Ainda que não venhamos a utilizar concretamente estes dados para a caracterização dos distritos, eles ficarão como referência a usar sempre que necessário e da forma mais simplificada.

Ao concluir esta parte sobre taxas de escolaridade, esperamos que se tenha ficado com a ideia de que elas constituem, na sua variedade, medidas mais aproximadas das possibilidades diferenciais de acesso ao ensino de rapazes e raparigas, bem como das situações variáveis em que essas duas escolarizações tendem a concretizar-se no ensino liceal ou no ensino técnico.

As diferenciações regionais dessas taxas vêm introduzir um novo pólo, não desprezável, de diferenciação.

Até aqui já ficou bem claro que estar escolarizado, sendo um facto positivo, não o é igualmente para a rapariga que está no liceu em Lisboa ou para a que está no ensino técnico em Viseu, como também não é igual para o rapaz do liceu de Lisboa e para o rapaz numa escola técnica do distrito de Viseu. Digamos mesmo, sem grande risco, que tenderão a ser diametralmente opostos.

Saber isto, ainda que sem saber o principal que é o saber porquê, convenhamos que pode ser mais um passo em frente no caminho que estamos a descobrir, contruindo-o.

2.4 *Nota sobre o ensino secundário particular*

A finalizar esta primeira parte do trabalho apresentamos uma breve nota sobre o ensino secundário particular. Como já referimos, este tipo de ensino não está incluído no objecto deste estudo; todavia, parece-nos justificado dar, em poucas linhas, algumas informações sobre o seu volume e o modo como se articula com o sistema do ensino oficial.

Consultando as *Estatísticas da Educação* do ano lectivo de 1973-74, podemos verificar que, no conjunto do que é definido estatisticamente como ensino secundário, se integravam no ensino oficial 71,7 % dos alunos matriculados no ensino secundário ministrado no território do continente e os restantes 28,3 % no ensino particular. Estes valores sofriam, no entanto, oscilações pronunciadas, conforme os diferentes ramos de ensino englobados no total do ensino secundário, havendo casos em que se registava o monopólio do ensino, ou por entidades oficiais (por exemplo, escolas de educação física), ou por entidades particulares (certos cursos de Secretariado e Turismo professados numa escola particular de Lisboa). Excluindo esses

casos, em todos os outros ramos do ensino secundário ministrado no continente em 1973-74 coexistiam os ensinos oficial e particular, variando as proporções das suas populações escolares desde 94,3 % de alunos no ensino oficial nas escolas comerciais, industriais e agrícolas até 53,1 % nas escolas oficiais do ensino artístico.

As estatísticas respeitantes ao ensino particular distinguem duas modalidades que designam por «ensino particular em estabelecimento» e «ensino particular. Outro». Nesta segunda categoria estatística estão incluídos os alunos do ensino individual e doméstico e os requerentes de exame maiores ou equiparados. Reteremos esta distinção, aplicando-a apenas à população escolar do ensino liceal e do ensino técnico das escolas comerciais, industriais e agrícolas do continente, por serem os que se relacionam directamente com o nosso trabalho. O quadro n.º 19 apresenta a distribuição dos alunos matriculados no ensino liceal e no ensino técnico das escolas comerciais, industriais e agrícolas no continente, no ano lectivo de 1973-74, segundo o tipo de ensino frequentado.

Os valores apresentados neste quadro tornam bem patente a diferença da importância da participação do ensino particular nos dois ramos de ensino que mais nos interessam e permitem-nos verificar a composição do ensino particular nas suas duas componentes, o que nos interessa particularmente para procedermos a mais uma operação de redução do conjunto de informações estatísticas disponíveis, para nos aproximarmos mais do nosso objecto. Com efeito, iremos excluir a parcela dos alunos matriculados no «ensino particular. Outro» porque ela se afasta do objecto deste estudo, não só por o tipo de escolarização ser diferente, como também porque conhecemos dela uma característica que confirma que estamos perante uma população escolar cuja integração no sistema de ensino secundário tem um significado social diferente do dos alunos matriculados no ensino liceal oficial e no ensino técnico oficial diurno, cujas idades andam compreendidas sensivelmente entre os 12 e os 19 anos e que escolhemos como objecto do nosso estudo. Com efeito, é possível verificar nas estatísticas oficiais referentes a 1973-74 que, na população escolar matriculada no ensino liceal ministrado no continente e Ilhas, a quase totalidade dos estudantes integrados no ensino oficial e no ensino particular em estabelecimentos tinham idades inferiores a 20 anos (97,7 % e 98,6 %, respectivamente), ao passo que apenas excediam um pouco um terço os alunos do «outro ensino liceal particular» que se incluíam nesse intervalo de idades, tendo 61,6 % idades superiores a 19 anos. O mesmo acontece no ensino técnico, em idêntico âmbito geográfico e período observado, com 79,2 % e 83,6 % de alunos do ensino oficial e do ensino particular em estabelecimento, respectivamente, com idades inferiores a 20 anos, ao contrário do restante ensino particular, no qual os alunos com menos de 20 anos representam 33,0 %.

Deste modo, abandonaremos a parcela do ensino particular que tem características específicas que a diferenciam claramente do nosso objecto, mantendo apenas a nossa atenção sobre o «ensino particular em estabelecimento» cuja população tem, pelo menos no que respeita à idade e ao modo de escolaridade, características semelhantes às da do ensino oficial. Esta opção tem ainda a vantagem de nos proporcionar a possibilidade de trabalhar com informações estatísticas fornecidas pela Inspeção-Geral do Ensino Particular respeitantes ao número de alunos matriculados no ensino particular em estabelecimento no ano lectivo de 1974-75.

Alunos matriculados no ensino secundário do continente, por ramos de ensino, segundo o tipo de ensino (oficial ou particular), em 1973-74

[QUADRO N.º 19]

Ramos de ensino	Ensino oficial		Ensino particular						Total	
			Em estabelecimento		Outro		Total			
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Ensino liceal	117 499	57,9	30 188	14,8	55 399	27,3	85 587	42,1	203 086	100,0
Ensino técnico das escolas comerciais, industriais e agrícolas	124 250	94,3	1 338	1,0	6 174	4,7	7 512	5,7	131 762	100,0

Fonte — *Estatísticas da Educação*, 1974, I. N. E.

Com base nestas informações estatísticas, que dão conta da existência de apenas 1266 alunos matriculados no ensino técnico particular em estabelecimento, dos quais cerca de metade se concentram no distrito de Lisboa e os restantes se distribuem por mais cinco distritos do continente, incluindo Bragança, somente com 6 alunos, verifica-se a irrelevância deste tipo de ensino em relação aos 85 216 alunos matriculados no ensino técnico oficial diurno do continente em 1974-75; assim, considerou-se que seria igualmente de desprezar, para efeitos deste estudo, esta parcela do ensino particular, pelo que nos limitaremos a mais algumas observações, apenas sobre o ensino liceal particular em estabelecimento.

O número de alunos matriculados no ensino liceal particular em estabelecimento, em cada distrito do continente em 1974-75, segundo o curso e por sexos, de acordo com os elementos estatísticos fornecidos pela Inspeção-Geral do Ensino Particular, é o que se apresenta no quadro n.º 20.

Alunos matriculados no ensino liceal particular em estabelecimento, no continente, em 1974-75, por distritos

[QUADRO N.º 20]

Distritos	Total			Curso geral			Curso complementar		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Aveiro	1 863	807	1 056	1 650	712	938	213	95	118
Beja	389	166	223	389	166	223	—	—	—
Braga	1 248	708	540	1 087	575	512	161	133	28
Bragança	269	93	176	269	93	176	—	—	—
Castelo Branco	411	234	177	411	234	177	—	—	—
Coimbra	777	327	450	571	231	340	206	96	110
Évora	226	73	153	203	57	146	23	16	17
Faro	229	56	173	229	56	173	—	—	—
Guarda	810	475	335	769	434	335	41	41	—
Leiria	1 232	633	599	1 048	526	522	184	107	77
Lisboa	8 226	3 787	4 439	6 576	2 983	3 593	1 650	804	846
Portalegre	484	245	239	466	239	227	18	6	12
Porto	5 026	2 218	2 808	4 106	1 799	2 307	920	419	501
Santarém	2 825	1 466	1 359	2 472	1 255	1 217	353	211	142
Setúbal	734	365	369	660	331	329	74	34	40
Viana do Castelo	425	231	194	349	183	166	76	48	28
Vila Real	483	202	281	465	194	271	18	8	10
Viseu	2 544	1 293	1 251	2 252	1 100	1 152	292	193	99
Continente	28 201	13 379	14 822	23 972	11 168	12 804	4 229	2 211	2 018

Fonte — Inspeção-Geral do Ensino Particular.

Perante os 154 800 alunos do ensino liceal oficial no continente no ano lectivo de 1974-75, o total apurado para o ensino particular em estabelecimento é muito menor: somando os efectivos destes dois tipos de ensino, obter-se-ia o resultado de 183 001 alunos, dos quais 15,4 % integrados no ensino particular em estabelecimento e 84,6 % no ensino oficial. Estas percentagens apresentam, contudo, valores bastante díspares conforme os distritos, obtendo-se os valores mais elevados de alunos matriculados no ensino particular em estabelecimento nos distritos de Santarém (33,8 %), Viseu (33,2 %) e Leiria (22,1 %), enquanto os mais baixos se verificam nos distritos de Faro (4,5 %), Bragança (5,7 %) e Setúbal (6,2 %).

Taxas de escolaridade globais em 1974-75, por distritos

[QUADRO N.º 21]

Taxas de escolaridade do ensino liceal oficial		Taxas de escolaridade do ensino liceal particular em estabelecimento		Taxas de escolaridade do ensino liceal oficial e particular em estabelecimento		Taxas de escolaridade do ensino secundário oficial diurno		Taxas de escolaridade do ensino secundário oficial diurno e liceal particular em estabelecimento	
Distritos	Taxas	Distritos	Taxas	Distritos	Taxas	Distritos	Taxas	Distritos	Taxas
Lisboa	26,09	Santarém	4,86	Lisboa	30,43	Lisboa	34,73	Lisboa	39,07
Setúbal	18,29	Lisboa	4,34	Setúbal	19,50	Setúbal	31,29	Setúbal	32,50
Coimbra	14,45	Viséu	3,93	Coimbra	15,84	Faro	27,01	Faro	27,68
Bragança	14,27	Portalegre	2,61	Continente	15,34	Coimbra	23,20	Coimbra	24,59
Faro	14,26	Guarda	2,50			Évora	20,94	Santarém	24,12
Continente	12,98	Continente	2,36	Bragança	15,13	Continente	20,12	Continente	22,48
Porto	12,57	Porto	2,30	Faro	14,93	Santarém	19,26	Évora	21,91
Évora	11,71	Leiria	2,13	Porto	14,87	Bragança	19,24	Porto	21,02
Guarda	10,48	Aveiro	2,12	Santarém	14,40	Porto	18,72	Bragança	20,10
Santarém	9,54	Beja	1,41	Guarda	12,98	Portalegre	17,38	Portalegre	19,99
Portalegre	9,53	Coimbra	1,39	Évora	12,68	Aveiro	16,59	Aveiro	18,71
Aveiro	9,07	Setúbal	1,21	Portalegre	12,14	Castelo Branco	16,28	Castelo Branco	17,34
Castelo Branco	8,97	Braga	1,15	Viséu	11,84	Leiria	14,32	Guarda	16,50
Viséu	7,91	Viana do Castelo	1,09	Aveiro	11,19	Guarda	14,00	Leiria	16,45
Leiria	7,49	Castelo Branco	1,06	Castelo Branco	10,03	Vila Real	12,35	Viséu	15,02
Vila Real	7,04	Vila Real	1,04	Leiria	9,26	Beja	12,07	Beja	13,48
Braga	6,80	Évora	0,97	Vila Real	8,08	Braga	11,47	Vila Real	13,39
Viana do Castelo	6,78	Bragança	0,86	Braga	7,95	Viana do Castelo	11,42	Braga	12,62
Beja	6,50	Faro	0,67	Beja	7,91	Viséu	11,09	Viana do Castelo	12,51
				Viana do Castelo	7,87				

A contribuição dada pelo ensino liceal particular em estabelecimento para a elevação das taxas de escolaridade do ensino liceal não tem peso suficiente para alterar significativamente a estrutura da sua distribuição ao longo do território do continente, não obstante um certo efeito compensador que produz por complementar o sistema do ensino oficial, principalmente sensível no distrito de Santarém. Este facto está suficientemente documentado nos elementos estatísticos apresentados no quadro n.º 21, onde os distritos se apresentam por ordem decrescente de valor das respectivas taxas de escolaridade.

O que nos importa reter é que, pelo facto de não termos incluído no nosso objecto de trabalho o ensino liceal particular em estabelecimento, não resultam daí distorções muito significativas das conclusões das nossas análises centradas sobre o ensino oficial, tanto ao nível do ensino liceal como, ainda menos, ao nível do conjunto do ensino liceal e do ensino técnico oficial diurno, pelo menos ao nível do continente.

Concluimos este assunto com a apresentação do quadro n.º 22, no qual se reuniram algumas informações que foi possível recolher e permitem deixar de pé a hipótese da função complementar do ensino liceal particular em estabelecimento em relação ao ensino liceal oficial, para além do que se verifica na própria distribuição geográfica do ensino particular.

Distribuição dos alunos matriculados por tipos e graus de ensino e cursos, segundo os sexos, em percentagem, em 1974-75

[QUADRO N.º 22]

Tipos e graus de ensino	Composição da população escolar			Inscritos nos anos terminais no total de cada ano		
	H	M	HM	H	M	HM
Ensino liceal oficial:						
Curso geral	45,3 70,3	54,7 71,9	100,0 71,2	24,7	25,5	25,1
Curso complementar	47,3 29,7	52,7 28,1	100,0 28,8	32,9	33,4	33,2
Total	45,9 100,0	54,1 100,0	100,0 100,0	27,1	27,7	27,4
Ensino liceal particular em estabelecimento:						
Curso geral	46,6 83,5	53,4 86,4	100,0 85,0	45,5	46,6	46,1
Curso complementar	52,3 16,5	47,7 13,6	100,0 15,0	57,9	59,3	58,6
Total	47,4 100,0	52,6 100,0	100,0 100,0	47,6	48,3	48,0

Por razões que devem estar relacionadas com a capacidade de oferta do ensino particular, a percentagem do curso geral no total desse ensino é superior à do ensino oficial. Aliás, no quadro n.º 20 pode verificar-se que em quatro distritos do continente não se ministra o curso complementar no ensino liceal particular em estabelecimento e que em mais alguns outros

os efectivos desse curso são muito reduzidos. Em relação às outras características, surge uma certa complementaridade entre os dois tipos de ensino liceal.

Com efeito, comparando os valores apresentados em cada tipo de ensino, é de realçar que a composição por sexos é mais equilibrada no ensino particular, em virtude de a participação dos homens subir ligeiramente no curso geral e mais sensivelmente no curso complementar. Mas é ao analisar as percentagens dos alunos do último ano de cada curso, isto é, do 3.º ano do curso geral e do 2.º ano do curso complementar, em relação ao total de alunos matriculados em cada um desses graus de ensino que se verifica um nítido contraste de posições, que poderá dever-se ou a uma maior taxa de repetição de ano nos alunos dos anos terminais de cursos no ensino particular e/ou ao facto de se verificar um fluxo de alunos que, nesses anos, se transferem do ensino oficial para o ensino particular em estabelecimento. Quanto mais determinante for esta segunda hipótese, mais se reforça o carácter complementar do ensino particular em relação ao oficial, e, neste caso, com um cariz específico de via de recurso para superar dificuldades surgidas no percurso escolar desenvolvido no ensino oficial. Resta acrescentar que o problema das relações entre o ensino oficial e o ensino particular ao nível do ensino liceal e das respectivas características e funções sociais é certamente muito interessante e mereceria um estudo só dedicado a esse assunto.

A concluir esta breve nota, será de referir que os elementos estatísticos referentes a 1974-75 dizem respeito à situação verificada no início do ano lectivo, o que significa que não se têm em conta as alterações de estatuto dos estabelecimentos de ensino que eventualmente, ao longo desse ano lectivo, tenham passado do sector particular para o sector oficial.

Na segunda parte — a publicar proximamente — prosseguiremos o trabalho, centrando-nos exclusivamente no objecto que definimos. Pensamos que os elementos apresentados permitem avaliar da sua representatividade em relação ao conjunto do sistema do ensino secundário e dos critérios seleccionados e da forma como foram aplicados para a sua delimitação.